

Rosenira Siqueira Pinto
Denilma Santo Figueiredo



Universidade Federal do Pará
Centro de Ciências Agrárias da UFPA
Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar -
NEAF
Programa de Pós-graduação em Agricultura Amazônica -
MAFDS

Nº. 022

Formação do Espaço Agrário Boliviano

Rosenira Siqueira Pinto
Denilma Santos Figueiredo

2011

Formação do Espaço Agrário Boliviano

Resumo: O presente trabalho é uma tentativa de demonstrar como se deu a formação do espaço agrário boliviano. Nesse sentido, o mesmo foi construído por meio de pesquisa bibliográfica seguindo uma linha cronológica, ou seja, um passeio histórico pela estrutura agrária da Bolívia, desde o período Pré-Colombiano à estrutura contemporânea. Tendo como objetivo contribuir para o entendimento acerca dos Sistemas Agrários da Bolívia. Diante disso, pretende-se dar visibilidade as implicações naturais, aos conflitos pela terra, entre outros, que fizeram e fazem parte da composição do sistema agrário da Bolívia.

Palavras-chave: Sistemas Agrários, Amazônia Continental, História.

Formation of the Bolivian Agrarian Space

Abstract: The present study demonstrates how the formation of the Bolivian agrarian space was conceived. It has been designed through a bibliographic research following the chronological line of the Bolivian historic agrarian structure, from the Pre-Colombian period to the contemporary structure, having as a main goal, to contribute to the understanding of the Agrarian Systems in Bolivia. Therefore, this research intends to promote visibility to natural implications, land conflicts, among other specificities, that are or have been part of the composition of the agrarian system in Bolivia.

Key words: Agrarian Systems, Continental Amazonia, History.

Introdução

A Bolívia, assim como a maioria dos países em desenvolvimento da América Latina, vem experimentando no decorrer de sua história transformações socioeconômicas importantes e particulares, com significativos impactos no seu meio rural e na sua agricultura.

Localizada no centro da América do Sul e têm fronteiras com Brasil, Paraguai, Argentina, Chile e Peru. Trata-se de um país com uma população de aproximadamente 9,2 milhões de habitantes. Possuindo, características marcantes em relação, as modificações do seu sistema agrário, refletindo por assim dizer nas condições socioeconômicas e espacial de seu território. Assim sendo, iremos enveredar este trabalho para um entendimento, acerca da relação homem-natureza, levando também em consideração o ponto de vista de vários autores para que de alguma forma possamos construir o espaço agrário boliviano.

Antes de fazer referência à evolução e as transformações dos sistemas agrários da Bolívia, se faz necessário discutir a relação do homem-natureza, para que seja entendida as modificações ocorridas conforme os interesses de cada tempo, seguindo por assim dizer uma lógica, nesse sentido temos que no período Pré-Colombiano, os nativos percebiam a natureza como algo sagrado, além de praticarem atividades de subsistência, além de outros que não podemos considerar de caráter mercantil, essa relação não pode ser considerada, como harmônica, ou algo intocável pelas sociedades pré-colombianas, citando Gonçalves (1998:23), o conceito de natureza não é natural, haja vista ser esta uma construção social, ou seja, foi criado pelo homem.

"A natureza se define, em nossa sociedade, por aquilo que se opõe a cultura. A cultura é tomada como algo superior e que conseguiu controlar e dominar a natureza. Daí tem-se a revolução neolítica, a agricultura, um marco da História, posto que com ela o homem passou da coleta daquilo que a natureza 'naturalmente' dá para a coleta daquilo que se planta, que se cultiva".(Gonçalves, 1998:26-27).

A idéia de natureza intocável, não condiz, sendo a mesma devastada pelas populações antigas, no caso os Incas, que possuíam toda uma infra-estrutura no seu modo de vida, essas sociedades, "agrediam" a natureza, para obter da mesma o seu sustento, entretanto, essa devastação obteve uma crescente a partir da invasão européia, uma vez que os interesses iam além do consumo, mas sim de acumulação de produtos que desse lucro, obedecendo desse modo a política mercantilista. Por meio, dessa mudança da relação do homem-natureza; iremos analisar tomando como exemplo as transformações do sistema agrário da Bolívia, pontuando seu modo de produção, as relações de trabalho, entre outros fatores.

Tratar da formação do sistema agrário de um País, dando ênfase as suas transformações, não é tarefa fácil, pois nos deparamos com obstáculos como, a ausência de uma bibliografia que aborde tal temática, que defina a evolução do espaço boliviano, entretanto a construção desse trabalho será efetuada a partir de questões que acreditamos ser essencial para visualizar as transformações e evoluções dos sistemas agrários.

Nesse sentido iremos dar início a essa discussão fazendo apontamentos no que tange o período pré-colombiano, elencando seu modo de vida, economia e principalmente sua agricultura, vale ressaltar que o trabalho não se propõe construir a História da Bolívia, mas sim fazer uma abordagem na formação de seu espaço agrário. Teremos como suporte teórico para tratar dos sistemas agrários o entendimento de Miriam (2002), que faz uma discussão sobre o mesmo, onde se apóia na opinião de Mozayer (2001), onde se entende como um sistema agrário "um modo de exploração do meio historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e respondendo às condições e necessidades de um certo momento", além de apontamentos do autor Soriano (1997), que trata acerca das transformações, ainda no período Pré-Colombiano, tais compreensões, serão relevantes para que se tenha um maior esclarecimento sobre o que teria sido de fato a organização do sistema agrário, nesse período pelos Incas.

Desde o início de sua ocupação, com a chegada dos espanhóis, a Bolívia teve seus principais ciclos econômicos associados à exploração de recursos minerais, dos quais a prata, explorada na região andina, foi o maior símbolo. Mas após o esgotamento dos veios de prata, a exploração se voltou para o estanho, o petróleo e o gás natural que substituíram a prata tornando-se carros-chefes da economia boliviana, não apenas respondendo por um alto percentual de suas exportações, como tendo mantido o perfil de principal atividade econômica do país, especialmente no auge da mineração estatal no período de 1952 a 1986 (CÂMARA, 2007).

Outro momento que merece destaque na reconstrução desse espaço agrário boliviano, seria a reforma agrária de 1952, que pontuamos aqui como um marco, que acaba por dar um novo direcionamento na estrutura agrária da Bolívia. Trataremos também dos conflitos que gravitam em torno desse sistema agrário na atualidade, logo o objetivo desse trabalho é mostrar como se estruturou o território boliviano, a partir do

sistema agrário, ou seja, traçar um perfil, e claro trazendo para essa discussão os conflitos, as políticas entre outros que fizeram parte ao longo do tempo. Acreditamos que, esse estudo sobre a formação e as transformações do território boliviano será essencial para que tenhamos uma maior visualização, acerca das configurações que acabam por surgir através de políticas, transformações ambientais, entre outros fatores que implicam para que essa mudança seja efetuada ao longo do tempo.

Portanto realiza-se uma descrição das distintas etapas históricas da agricultura na Bolívia, quando se relacionam as formas de exploração do meio, as categorias sociais envolvidas, o acesso aos meios de produção, assim como as instituições que permitiram a reprodução social dos agricultores.

Os sistemas agrícolas Pré-Colombiano: Os Incas e os sistemas agrários.

De acordo com o historiador peruano Cesar Ugarte (1926), para o qual os fundamentos da economia Inca eram o *ayllu*, conjunto de famílias unidas por parentesco que usufruíam da propriedade coletiva da terra; a federação de *ayllus* que detinha a propriedade coletiva das águas, das pastagens e dos bosques. Tem-se uma diferenciação entre o *ayllu*, criado pelas massas anônimas no curso de milênios, e o sistema econômico unitário criado pelos imperadores Incas. Insistindo sobre a eficácia econômica da agricultura coletivista Inca e sobre o bem-estar material de sua população, pode-se concluir: “*O comunismo incaico – que não pode ser negado ou reduzido por ter se desenvolvido sob o regime autocrático dos incas – pode então ser designado comunismo agrário*”. Rejeitando a concepção linear e eurocêntrica da história imposta pelos vencedores, ele sustenta que a conquista colonial destruiu e desorganizou a economia agrária inca, sem substituí-la por outra forma superior. A unidade de produção agrícola e social era o “*ayllu*”, como mencionamos formado por famílias ligadas por laços de parentescos, apresentando tendência à endogamia com descendência paralela, ou seja, linha masculina para os homens e feminina para as mulheres.

A posse da terra no “*ayllu*” era comunal e se dividia em terras cultiváveis e de pastos de uso coletivo. O propósito do governo Inca era fazer com que todos se ajudassem mutuamente. Até as crianças trabalhavam, criando lhamas e alpacas. Cada família recebia lotes de acordo com o número de membros e sua distribuição era rotativa e anual, impedindo assim que determinadas famílias obtivessem privilégios com o usufruto por longo tempo das melhores parcelas de terras.

Segundo Soriano (1997), "o Estado Inca não se preocupava com todos os aspectos da vida do *ayllu*, cuja existência se definia pela posse de terras, pastos, bosques e águas e pelo exercício de **aynis e mingas** controlados por seus próprios **curacas**. O que se via era a preocupação do Estado de deixar para cada *ayllu* as terras necessárias para sua produção e reprodução agropecuária, mediante o trabalho familiar, intervicular e coletivo. Além disso, o modo de produção asiático¹- esse modo de produção, é

¹ Este modo de produção, o *modo de produção asiático*, começou a ser estudado apenas ao fim da primeira metade do Século XX, quando entre 1939 e 1941 o *Instituto Marx-Lênin* de Moscou trouxe à luz manuscritos inéditos de Karl Marx. Engels, em sua clássica obra analisando os diversos níveis de desenvolvimento das civilizações humanas, havia situado os Inca no *estágio médio da barbárie*: "os índios dos chamados *pueblos* do Novo México, os *centroamericanos* e os *peruanos da época da Conquista se encontravam no estado médio da barbárie*; viviam em casas de adobe e pedra em forma de fortaleza; cultivavam o milho e outras plantas alimentícias, variáveis segundo a orientação e o clima, em locais com irrigação artificial que lhes forneciam sua principal fonte de alimentação; até haviam domesticado alguns animais: os mexicanos, o pavão e outras aves; os peruanos, as *llamas*. Além disto, sabiam trabalhar metais, exceto o ferro: por isto, continuavam na impossibilidade de prescindir de suas

considerado modo de produção dos Incas- apresenta os seguintes traços característicos, todos também presentes no modo de produção predominante em todo o **Tahuantinsuyo** (e vários deles ainda vigentes na atualidade, em grande parte das comunidades andinas), com as seguintes características:

- organização da sociedade em comunidades aldeãs que conservam através dos tempos uma grande coesão; - predomínio da propriedade coletiva do solo; - união íntima entre agricultura e artesanato; - produção quase exclusiva de valores de uso, tornando desnecessária a existência de moeda (ou valor de troca); - poder central despótico que retém o excedente da produção social em seu próprio benefício (elite dirigente), redistribuindo parte deste excedente através de suas práticas de mando e poder; - regulamentação, pelo poder central despótico, das grandes obras agrícolas, principalmente as de irrigação nas zonas áridas

As terras destinadas ao cultivo do milho eram usufrutos das famílias, isto é, cada família tinha o direito de plantar numa parte do solo. Os camponeses cultivavam batata-doce, *quinua* (um tipo de legume), abacate, amendoim, *yuca* (uma espécie de mandioca) e, principalmente, milho. Os incas desidratavam os alimentos, o que lhes permitia conservar e armazenar produtos perecíveis. Os habitantes das aldeias pagavam tributos em forma de produtos e trabalhos aos *curacas*, que repassavam parte do que recebiam ao imperador.

Além da agricultura, os Incas desenvolviam o artesanato, que incluía trabalhos cerâmicos, metalurgia e tecelagem. As lavouras estendiam-se até pelas encostas, com o sistema de terraços andinos: degraus com parede de pedra. A montanha parecia uma grande escada de patamares verdes quando as plantas cresciam. Na parte alta cultivavam batata, coca e outros produtos resistentes ao frio; nas zonas intermediárias, feijão e milho; na parte baixa, pimenta e frutas, como o abacate. Selecionavam os melhores produtos e também faziam o cultivo de cereais. Cultivavam cerca de vinte espécies de milho e quarenta variedades de batata. Adaptavam a agricultura às estações, que determinavam observando os astros.

Usavam técnicas agrícolas rudimentares, pois não conheciam o arado, para semear utilizavam um bastão pontiagudo. E para melhorar a produtividade da terra, usavam ainda dois recursos: a irrigação, com tanques e canais; e a adubação, com esterco de lhama e de pássaros. Em relação ao domínio da técnica da irrigação, que resultou na "domesticação" da natureza através da agricultura e fixou os povos em determinados territórios, formando o berço das antigas civilizações, como os Incas.

Nesse contexto surge, então, a concepção de domínio sobre a natureza porque "dominar a natureza seria dominar algo inconstante, imprevisível e instintivo". Nessa relação de dominação, para alguns a natureza é o objeto a ser dominado pelo sujeito, o homem. Para Gonçalves (1998), essa visão de natureza-objeto versus homem-sujeito parece não considerar que o termo sujeito, além de significar um ser ativo, dono de seu destino, também pode indicar que podemos estar submetidos a determinadas circunstâncias. É a visão antropocêntrica de mundo, na qual o homem é o senhor de todas as coisas, que faz com que se esqueça que o termo sujeito, pode significar tanto aquele que age como aquele que se submete. Essa visão de natureza separada do homem é característica do pensamento dominante no mundo ocidental, cuja matriz filosófica advém da Grécia e da Roma antiga, que se firmou contrapondo-se a outras formas de pensar e de agir.

armas e instrumentos de pedra. A conquista espanhola cortou drasticamente todo desenvolvimento autônomo posterior.

Além destas técnicas de preparação e uso do solo, as etnias andinas classificavam os solos para definir suas propriedades e, portanto, qual tipo de colheita apresentaria maior produtividade; com este objetivo, levavam em conta sua temperatura, cor e profundidade. As *coniallpas* eram terras em clima quente e as *chiriallpas* eram terras em clima frio; além disso, e de acordo com sua capacidade produtiva (da maior para a menor), o solo poderia ser *yanaallpa* (terra negra), *ancashallpa* (terra azul), *socoallpa* (terra marrom), *cauquaallpa* (terra argilosa) e *yuracallpa* (terra branca); finalmente, o solo poderia ser *atunallpa* (terra muito profunda) ou *caraallpa* (terra pouco profunda).

As ferramentas agrícolas; também foram desenvolvidas para as finalidades específicas. Em toda a região andina, notadamente na parte serrana, a ferramenta essencial para a agricultura foi a *chaquitacla*, com provável origem na região de Cusco em pelo menos 2.500 a.C. e gradual difusão por todo o *Tahuantinsuyo*. Verdadeiro "arado de pé", a *chaquitacla* servia para arar a terra, semear, colher e até mesmo abrir canais de irrigação.

O trabalho agrícola era planejado e executado de acordo com as estações do ano e suas características climáticas, o que obrigava o conhecimento de noções precisas de astronomia e meteorologia. Tendo conhecimento de que a revolução solar em torno da Terra durava cerca de um ano (*huata*) e que este período se dividia em meses, (*quilla*). Segundo Garcilaso de la Vega (2004), o mesmo nome dado à Lua, pelo fato de os períodos mensais serem contados pelas fases de lua nova), os Inca estabeleceram um calendário anual de doze meses e dividiram cada mês em três períodos de 10 dias.

De acordo com Stuart e Lockhart (2002), podemos classificar os Incas, como povos sedentários que possuíam uma agricultura intensiva que era base, quase sempre significativa cultivo do milho, embora o complexo andino de batatas e cereais robustos de grande altitude lhe fosse equivalente. A agricultura permanente significativa que a unidade sociopolítica local chamada de *ayllu*, continha terras aráveis específicas em termos de longo prazo, e que famílias individuais tendiam a manter as mesmas roças pela vida inteira ou durante gerações. A integração da agricultura ao modo de vida era expressivamente simbolizada pelo fato de que homens participavam plenamente do trabalho da terra, do plantio e da colheita. Membros dos grupos podiam viver concentrados numa aldeia ou dispersos pela terra.

Para Stuart e Lockhart (2002), a população agrícola recebia terra e outros direitos das autoridades da aldeia, e em troca, por meio de procedimentos estabelecidos, desempenhavam tarefas públicas e pagavam tributos. Esse sistema podia cobrir imposto em produtos, ou seja, o trabalho rotativo podia ser dirigido para corte de madeira, a pesca ou outra atividade economicamente produtiva, sobretudo o plantio e a colheita em terras separadas para serem trabalhadas em comum ou terras que pertencessem ao governante dinástico. Nos Andes todo tributo era concebido como trabalho, realizado pelos nativos na esperança de um retorno do governante.

A mita era umas das formas de relação de trabalho dos Incas, que foi por assim dizer responsável, pelo desenvolvimento dessa civilização. John Murra (1975), afirma que "quando Cusco elaborou o sistema estatal de mita, tomou por modelo as obrigações recíprocas comunais conhecidas e compreendidas por todos". Assim, milhares de homens casados, de 15 a 50 anos de idade e recrutados em seus *ayllus*, se revezavam em turnos de trabalho por todo o *Tahuantinsuyo* a serviço do Estado, em troca de alimentos, bebidas, roupas, coca e produtos artesanais; assim, os *mitayos* eram os verdadeiros produtores diretos estatais no *Tahuantinsuyo*, incentivados pelo Estado e eventualmente recompensados com distinções do próprio *Sapainca* ou da elite cusquenha. Em relação a pecuária, também importante, destacavam-se os rebanhos de

lhamas, alpacas e vicunhas, que forneciam carne, leite e lã, além de serem usadas no transporte. O comércio não era importante e não existia moeda. Os incas desconheciam a roda, mas construíram uma excelente rede de estradas que ligava Cuzco a todo o resto do império.

As estradas eram, sem exceção, propriedades do Estado e unicamente utilizadas a seu serviço. Neste sentido, Soriano (1997), frisa que “os caminhos (...) não eram abertos nem mantidos com fins de ‘unificação nacional’, para propiciar o desenvolvimento de um mercado interno ou para que as pessoas ou camponeses pudessem comodamente comunicar-se com seus vizinhos”. *Ao contrário, o Estado restringia o trânsito das pessoas. O ideal era que nascessem, vivessem e morressem em sua própria terra natal.* Quando havia movimentos migratórios, era porque o Estado os projetava e permitia, após minuciosos estudos sobre sua conveniência ou inconveniência.

A agricultura intensiva, somada a uma organização social, permitiu a geração de excedentes de produção, situação que incitou os Incas a se lançar em campanhas de expansão territorial, só possibilitada graças aos bons caminhos e aos gigantescos depósitos de alimentos, os quais permitiram a mobilização maciça de soldados, operários e agricultores.

De acordo com Vargas (1998), a mobilização dos exércitos teria sido impossível sem depósitos de alimentos e sem largos caminhos. “*A administração governamental em um território com mais de um milhão de quilômetros quadrados foi eficaz graças aos caminhos e à planificação de um imenso organismo social com funcionamento sincronizado*”. Mais tarde esse desenvolvimento - expansão- será podado, uma vez que os europeus que ali chegaram, se apossaram dos trabalhadores, através da adaptação das relações de trabalho como a mita, voltando a mesma com um único intuito, a acumulação de metais para suprir a política mercantilista.

Contudo demonstrou-se como ocorriam as relações incaicas em torno do sistema de produção, elencando as relações de trabalho, os produtos que se destacavam, antes da invasão, o modo de cultivo, entre outros aspectos que abarcam, por assim dizer um sistema agrário.

Colonização Espanhola

Vale destacar, que a colonização promovida pelos espanhóis deve ser entendida a partir da lógica mercantilista², baseada portanto no exclusivismo metropolitano, ou seja, no monopólio da metrópole sobre suas colônias, esse mecanismo de exploração também foi desenvolvido pelos portugueses no Brasil - colônia, fato esse que podemos visualizar a partir de Moreira (1990), que esclarece de acordo com sua compreensão, como se deu a formação dos sistemas agrários no Brasil.

O “novo mundo”³ quando invadido pela primeira vez pelos espanhóis, era densamente povoado por índios. A distribuição de sua população, porém, era desigual e seus habitantes se concentravam em sua maior parte na Mesoamérica e nos Andes centrais, lugares onde as sociedades nativas haviam atingidos os mais elevados níveis de organização econômica, social, política e cultural (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 2004).

Essa distribuição da população não apenas ajudou a conquista espanhola da América, mas também afetou a colonização realizada pela Espanha. A presença de

² Objetivo era fortalecer o poder dos reis e dos países através da acumulação interna de ouro e de prata. Nesse sentido "Um país rico, tal como um homem rico, deve ser UM país com muito dinheiro e juntar ouro e prata num país deve ser a forma mais fácil de enriquecer (A. Smith, em "Causa da riqueza das nações".)

³ Uma denominação usada pelos Europeus.

grande população nativa na América determinou a forma da própria conquista e das estruturas coloniais. Estas influenciaram o processo de deslocamento demográfico. A marca da conquista e colonização teve súbitos e violentos choques entre invasores e invadidos, seguindo por forte declínio da população americana nativa, que teve uma lenta recuperação a partir da metade do período colonial XVII (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 2004).

Durante a colonização européia foram feitas algumas transformações para dar o ponta pé inicial na política de colonização, como a distribuição de parcelas de terras aos escravos, casados, para o cultivo familiar. Nesse tipo de trabalho, na maioria das vezes era freqüente a produção de excedentes comercializáveis, em diversos casos vendidos livremente por eles. Alguns escravos contavam com a oportunidade de acumularem certa quantia de capital, utilizado na suplementação do cotidiano da vida da comunidade escrava. Esta categoria de escravos veio a formar uma brecha camponesa, dentro da estrutura escravista colonial. Jacob Gorender (1983), não considera de grande importância esse tipo de atividade autônoma.

Segundo ele uma vez que esses escravos continuavam subordinados aos senhores de terras, dependendo desses, inclusive, para dispor de um tempo, para dedicar-se à produção independente, com certeza não pode ser considerada uma atividade verdadeiramente autônoma. Conforme pontua Ferreira (1992), a colonização espanhola adaptou mecanismos tributários já existentes a formas mercantis de produção e na interpretação de Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Brignoli:

No conjunto, o sistema de exploração de mão de obra era, comparado com a escravidão, muito mais rentável e com menos riscos a curto e longo prazos. Não exigia desembolsos de capital inicial para a aquisição de escravos, a preocupação com os custos de subsistência dos indígenas foi mínima, e mesmo sob efeitos da catástrofe demográfica, o sistema se reproduzia (1983:81).

Vale destacar que na América Espanhola predominaram vários tipos de relação de trabalho, desde a escravidão até o trabalho livre, assim como o *repartimento* de índios foi uma constante na América Espanhola colonial.

Seguindo ainda o mesmo raciocínio de Ferreira (1992), em relação as transformações do modo de vida dos nativos tem-se, como um fator principal “ a introdução da economia mercantil de maneira efetiva para desestruturar as relações econômicas e culturais das populações submetidas ao domínio colonial. Além dos altos tributos cobrados às comunidades, a requisição de homens para o trabalho nas fazendas, nas cidades e principalmente nas minas o aumento significativo da mortalidade masculina, desequilibrando as relações sociais e a produção agrícola.

Para Ferreira (1992) a introdução do trigo e da pecuária prejudicou a agricultura aldeã que já sofria grandes perdas com o tributo em gêneros agrícolas. As conseqüências mais imediatas foram o aumento da mortalidade e a queda da natalidade. Mas o grande terror das populações, segundo este mesmo autor era o repartimento – mais adiante explicaremos o que condiz - nas minas, o que levavam mães torcerem os pés de seus filhos recém-nascidos pra ficarem aleijados, para serem dispensados dos trabalhos nas minas futuramente, a mais conhecida era a de zacatecas, atual Bolívia.

A conquista provocou não apenas uma mudança de dieta, mas também uma alteração nos métodos de produção de alimentos. Os espanhóis trouxeram hábitos

alimentares baseados no trigo, no vinho, no azeite de oliva, na carne de carneiro de vaca, e em adoçantes como mel e açúcar. A introdução do trigo provocou novo embate, por obrigar os índios a mudar as culturas a que estavam acostumados. Sua melhor terra foi destinada ao cultivo do cereal com que pagavam o tributo e abasteciam de alimento as cidades. Forçados por essa imposição, desprovidos de experiência no cultivo do trigo e não o apreciando como alimento, os índios plantaram-no como relutância, e quando o fizeram, os lucros obtidos eram menores do que os que tiveram de seus cereais tradicionais, como o milho. Em consequência, os conquistadores se apossavam das terras expulsando os nativos, acelerando o declínio demográfico, econômico e cultura (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 2004).

Em relação à encomienda e o repartimento, tanto nas minas quanto nas fazendas, observa-se a desestruturação das relações tradicionais das comunidades que, com excessivos trabalhos, não encontravam meios de reproduzir seus bens materiais e simbólicos. O sistema tributário colonial passou a ser mais pesado que os dos Incas e dos Astecas, pois antes “estava tão bem distribuído e com tal ordem que cada um deles tinha pouco a pagar” (ROMANO, 1973). Além disso, o repartimento implicava no deslocamento das comunidades, o que desequilibrava as relações culturais e com o meio ambiente.

Para Romano (1973), o excessivo trabalho desarticulava as relações entre homens e natureza, advindo uma crise cultural que tornou fluida sua própria identidade. O autor cita que as formas de resistência mais comuns eram a autodestruição: suicídio, infanticídio, abortos provocados, abstinência sexual e alimentar. Um dos relatos do Frei de Buenaventura, narra o desespero de um pai que mata os seus dois filhos para que os mesmo estejam livres do trabalho das minas. A dominação espanhola não só se fez presente na morte física dos nativos, também temos o processo de aculturação como um fator relevante, na alimentação.

Para Ferreira (1992), temos que a introdução de uma economia de mercado em uma sociedade fundamentada nas práticas sociais de redistribuição e de reciprocidade, e com relações de produção com base na ajuda mútua, desestruturou as formas de relacionamento social e cultural, com efeitos dos mais graves. Essa nova estrutura imposta deixou grandes feridas no aspecto cultural desses nativos, além é claro de uma significativa queda demográfica, que também deve-se apontar para as práticas desenvolvidas do repartimento.

Segundo Ferreira (1992), o repartimento assumiu formas diferentes de acordo com as peculiaridades de cada região, recebeu designações diversas e foi conhecido como *mita* no Peru, *cuatéquil* no México e *concierto* na Colômbia. Esta modalidade de trabalho, na avaliação de Vainfas (1984), “combinava práticas colônias pré-coloniais de recrutamento aldeão com formas atípicas de assalariamento, sendo possível assimilá-la à servidão medieval, à escravidão ou ao trabalho livre” (VAINFAS, 1984, p.63).

Nessa discussão acredita-se que as relações de trabalho utilizadas pelos invasores como a *mita* e a *encomienda*, fossem necessárias, pois as mesmas estão interligadas também com o modo de produção, logo com o sistema agrário da Bolívia. Nesse sentido faremos um esclarecimento acerca da *mita*. A *mita* era um sistema de trabalho utilizado principalmente nas minas, que impunha o caráter obrigatório, durante um determinado tempo, aos índios, que eram geralmente escolhidos por sorteio, em sua comunidade. Os índios escolhidos poderiam ser levados para qualquer região da colônia, de acordo com os interesses dos conquistadores. De uma maneira geral, esses trabalhadores recebiam um salário muito baixo em troca de um pesado e insalubre trabalho (SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 2004).

Contrariando a afirmação do economista brasileiro Celso Furtado, ao analisar a exploração econômica da região andina pelos espanhóis, Vainfas (1984), afirma que a *mita* foi um sistema "instituído em 1570 e durou até 1812", e que "a *mita* era um imposto pago por certas comunidades sob a forma de força de trabalho e implicava, via de regra, o deslocamento dos *mitayos* a centenas de quilômetros de distância e em considerável esforço humano", a *mita* certamente não foi invenção colonial. Essa relação de trabalho já existia antes da invasão no cotidiano dos Incas, além de outras formas de trabalho.

Esta forma de organização social da força de trabalho já havia sido largamente desenvolvida no *Tahuantinsuyo*, onde estava integralmente sob tutela estatal. Através da *mita* e utilizando milhares de *mitayos*, ou participantes das *mitas*, o Estado construiu estradas, pontes comunais, depósitos de víveres ou produtos artesanais (*collcas*), pousadas (*tambos*) e templos regionais de culto, além de obter rendas (*sempre em produtos*) pelo cultivo de suas terras e o pastoreio de seu gado.

A *mita* era uma máquina de triturar índios. O emprego do mercúrio para a extração da prata por amálgama envenenava tanto ou mais do que os gases tóxicos do ventre da terra. Fazia cair o cabelo, os dentes e provocava tremores incontroláveis. Por causa da fumaça dos fornos não havia pastos nem plantações num raio de seis léguas ao redor de Potosi, e as emanções não eram menos implacáveis com os corpos dos homens.

A encomienda era a escravidão do indígena em vastas extensões de terras apropriadas pelo conquistador. A encomienda baseava-se na concessão feita pelo rei a indivíduos (encomenderos) de exigirem dos índios a prestação de serviços por eles devido como súditos do monarca. Esses serviços não eram remunerados e eram praticados na agricultura. O encomendero se comprometia junto à Coroa a praticar a cristianização indígena.

Esses mecanismos utilizados pela Coroa Espanhola não foram percebidos, aqui no Brasil, à princípio. A priori o objetivo da Coroa espanhola era empregar a conquista e não a colonização de fato. Pois, pretendiam efetuar as pilhagens de metais, fazendo alianças com os indígenas, entretanto essa situação não permaneceu por muito tempo.

Entretanto, por volta do ano de 1560, à medida que foram reduzindo os estoques de metais preciosos acumulados pelos nativos, tornou-se necessário organizar a produção, determinando o início da colonização. A Coroa espanhola entregava para os exploradores espanhóis, denominados juridicamente adiantados, direitos vitalícios de fundar cidades, evangelizar índios, construir fortalezas e deter o poder jurídico e militar. A única condição era entregar para a Coroa Espanhola um quinto de toda a produção. Desta forma, ficava assegurada, para a metrópole, sem ônus, a ocupação e a exploração do território recém colonizado.

Essa situação de escassez dos metais preciosos acabou por se assemelhar com a escassez do Brasil - colônia, citando mais uma vez Moreira (1990), faz alusão a esse fato, como um impulso, para as atividades secundárias, como a pecuária, entre outros que acabaram surgindo, para dar apoio, grosso modo, a população local e principalmente a metrópole. Vale destacar, que as colônias espanholas desenvolveram, primeiramente a exploração dos metais preciosos, ao contrário das portuguesas, que tiveram contato com essas atividades em outro momento.

A economia das colônias espanholas na América era baseada na mineração. Diferentemente da colonização portuguesa, no Brasil, a exploração das colônias espanholas se ateve, nesse primeiro momento, à exploração do ouro e da prata, tendo como principais centros produtores o Vice-reino do México e, sobretudo, as minas de Potosi (atual Bolívia) no Vice-reino do Peru. A enormidade dos lucros adquiridos pela

Espanha permitiu a sustentação da hegemonia espanhola na Europa ao longo do século XVI, montando, entretanto, uma máquina político-administrativa poderosa em suas colônias.

A mineração tornou-se responsável pelo desenvolvimento de atividades secundárias, complementares, diversificando a produção nas regiões vizinhas, responsáveis pelo abastecimento das minas, com produtos agrícolas - batata, milho, tabaco e cana de açúcar - sendo que os dois últimos destinavam-se à exportação; desenvolveram também a atividade criatória, fornecendo mulas e cavalos para as minas. Mais tarde a pecuária se desenvolveu na região sul, fornecendo couro e charque à metrópole.

Em relação ao povoamento o autor Mariátegui (1979, p: 11) sintetiza a motivação espanhola no povoamento das terras americanas, sugere o seu impacto e encaminha o entendimento do perfil socioespacial resultante: "[a] mineração - atividade fundamental do regime econômico implantado pela Espanha em território sobre o qual prosperou antes uma sociedade genuína e tipicamente agrária - exigiu que se estabelecessem na serra as bases da Colônia".

A "sociedade genuína e tipicamente agrária" é a inca, cujo império foi derrotado pela Espanha na expansão territorial da economia-mundo européia no século XVI (Wallerstein, 1999). E a mineração dizia respeito à prata, crucial para as compras espanholas no Extremo Oriente e para as guerras do império. Em meados do século XVI, a América não era senão "uma boca de mina centrada, sobretudo, em Potosí" (Galeano, 1978: p, 34), uma condição mantida até o século XVIII. É significativa a criação, em 1550, de um Vice-Reino com sede em Lima (outrora *Ciudad de los Reyes*), fundada em 1535 por espanhóis.

Esse tipo de origem marcaria toda a vida colonial da área e modelaria o território, pois eram as necessidades do setor mineiro que organizavam o espaço. Essa atividade exigia produção de alimentos e ativava fluxos comerciais desdobrados em superfícies mais ou menos próximas às minas, as redes de vínculos do período inca sendo amplamente utilizadas nesse processo. Logo, apesar das evidências de que Potosí era nutrida por um "vasto sistema regional do qual participavam centros como Quito, Assunção, Tucumán, Buenos Aires e outros [...]" (Mitre, 1985:131), foi em torno do eixo Potosí-Lima, quer dizer, no Altiplano e nos vales, que o território se desenvolveu. O alastramento da ocupação refletiu as urgências administrativas e políticas do Estado espanhol e se subordinou aos interesses da mineração, sem alterar substancialmente o padrão espacial de "uma série de pequenos e médios centros urbanos e mineiros em áreas de grandes alturas [...]" (García; Cordero; Izquierdo, 1987: 242). Pode-se dizer que esse padrão foi conservado após a independência.

No século XVIII, uma aguda crise da economia mineradora faz surgir uma nova área produtora na região do Caribe e do Rio da Prata. A grande propriedade rural exportadora a hacienda. A fazenda hispano-americana era semelhante à propriedade rural brasileira. Claude Morin (1972) define a fazenda colonial espanhola como uma propriedade rural possuída por um proprietário autoritário, que explora mediante mão-de-obra dependente, produzindo para um mercado restrito (local, regional, entre zonas de uma mesma colônia ou quando muito intercolonial).

A vinculação minas/fazendas - que não excluiu, eventualmente, conflitos pela disputa da mão-de-obra indígena - constituiu um dos elementos fundamentais na articulação dos espaços econômicos em diversas regiões coloniais hispano-americanas e também no Brasil. Os exploradores espanhóis, denominados juridicamente adelantados, recebiam direitos vitalícios de construir fortalezas, fundar cidades, evangelizar os índios

e deter os poderes jurídicos e militares. Isso, sob a condição de garantir para a Coroa o quinto de todo o ouro e prata produzidos e a propriedade do subsolo. Dessa forma, a Espanha procurava assegurar, sem gastos materiais, a ocupação de seus territórios na América, o fortalecimento de sua monarquia e o aumento das riquezas do Estado.

Com isso a escravização indígena, pela encomienda e pela mita, garantiu aos espanhóis o necessário suprimento de mão-de-obra para a mineração, porém trouxe para as populações nativas desastrosas conseqüências. De um lado, a desagregação de suas comunidades, pelo abandono das culturas de subsistência, causou fome generalizada. Do outro, o não-cumprimento das determinações legais que regulamentavam o trabalho das minas provocou uma mortalidade em massa, quer pelo excesso de horas de trabalho, quer pelas condições insalubres a que esses indígenas estavam expostos. Segundo Moreira (1985), quando o capital busca cada vez mais a produtividade do trabalho e, assim, a elevação da taxa de exploração do trabalho e da natureza, ele amplia a base de alienação do trabalho e da própria natureza, gerando uma dicotomia entre sociedade e natureza, gerando a perda da identificação do homem com a natureza e, conseqüentemente, a degradação ambiental.

O aniquilamento da população, ao lado do extermínio das culturas agrícolas, que provocou uma escassez de gêneros alimentícios, fez com que os proprietários das minas e os comerciantes investissem seus lucros em áreas complementares de produção, para o atendimento do mercado interno. Foram organizadas as *haciendas*, áreas produtoras de cereais, e as estâncias, áreas criadoras de gado. Quando a mineração decaiu, a pecuária e a agricultura, foram atividades básicas da América Espanhola de modo geral o sistema de produção na América Espanhola se baseou na exploração do trabalho indígena.

Esse setor complementar resolveu o problema de abastecimento para as elites coloniais. A massa trabalhadora, por seus ganhos irrisórios, ainda não conseguia satisfazer as suas necessidades básicas, sendo obrigada a recorrer a adiantamentos de salários. Todavia, impossibilitados de saldar seus compromissos, os trabalhadores acabavam escravizados por dívidas.

Como podemos perceber a colonização espanhola modificou o modo de vida, logo o sistema de produção dos indígenas, visto que a partir da crise da mineração, surgiu uma nova maneira de dar suporte econômico a metrópole espanhola, a através da exploração da população, sendo a mesma obrigada a se retirar de suas plantações, para se dedicar as minas, uso de elementos químicos, acabavam por agredir o meio ambiente, logo descaracterizando seu modo de vida. Além de surgir uma nova configuração do espaço, uma vez que, com a implantação de políticas de exploração, ocorre divisão do território e o surgimento de novos produtos.

Nesse sentido, como afirma Rosa Godoy (1985: p.49). “A relação espaço-tempo (processo histórico) resulta, pois, em que cada período da história – periodicidade configurada a partir do modo de produção que estrutura a sociedade-produção um espaço específico, expressão da sociedade que o organiza”.

Assim sendo, nas sociedades estruturadas no modo de produção capitalista, o espaço irá reproduzir a dinâmica deste modo de produção. Isto quer dizer que se o processo de produção capitalista acha-se subordinado as necessidades de obtenção de lucro, o modo como se organiza e se transforma o espaço dependerá, em última instância, da lei do lucro. Vale sublinhar que, com isto, não se está desconsiderando o papel desempenhado pelo meio físico na organização espacial. Porém ele é considerado, como já foi anteriormente colocado, como “*a matéria-prima a partir da qual o espaço é produzido*”. A importância que ele assume é inversamente proporcional ao desenvolvimento das forças produtivas. Quanto maior o desenvolvimento das forças

produtivas, menor será a dependência dos condicionantes naturais. Logo, observa-se uma nova maneira de lidar com a natureza, agora subjuga-la e extrair o que tiver ao alcance, é essencial para sustentar a nova concepção econômica imposta pela lógica capitalista.

América espanhola – Os reflexos do processo de Independência:

No final do século XVIII, após três séculos de domínio imperial os hispano-americanos ainda viam em sua mãe-pátria uma imagem de si mesmos. Se as colônias exportavam produtos primários; dependiam da marinha mercante estrangeira; eram comandadas por uma elite senhorial que estava pouco disposta a economizar e a investir, a Espanha também agia da mesma forma. As duas economias diferiam numa única atividade: as colônias produziam metais preciosos, mesmo com essa divisão de trabalho a Espanha não soube se beneficiar, ou seja, uma economia colonial dependente de uma metrópole subdesenvolvida.

Durante a segunda metade do século XVIII, a Espanha procurou modificar sua própria condição e tentou modernizar sua economia, sua sociedade e suas instituições. A meta principal, mais do que projetar novas estruturas, era reformar as existentes, e o objetivo econômico básico era desenvolver a agricultura mais do que estimular a indústria. O grande crescimento populacional do século XVIII reclamava incessantemente mais terras para agricultura. A população aumentou e, o aumento da demanda de produtos agrícolas, na Espanha e no mercado internacional, elevou enormemente os preços e os lucros dos proprietários rurais. Ao mesmo tempo o crescimento da população rural provocou maior demanda de terras e as taxas de arrendamento começaram a subir mais do que os preços. A Espanha via a necessidade de melhorar as técnicas agrícolas, comercializar a produção e eliminar os obstáculos ao crescimento.

A Espanha, no século XVIII, ainda era uma economia agrária e o comércio marítimo era visto, sobretudo, como escoadouro para a produção agrícola. Portanto, estava evidente que o mundo hispânico teve sua edificação, não sobre uma divisão de trabalho entre metrópole e as colônias, mas sobre nefastas semelhanças. As antigas estruturas sobreviveram e o próprio movimento de reforma ruiu em meio ao pânico povoado pela Revolução Francesa e pela subsequente reação no reinado de Carlos IV (1788-1808).

Nesse período, se a América espanhola não conseguia encontrar na Espanha um fornecedor de produtos industriais e um parceiro comercial, sobrava-lhe uma alternativa. A economia inglesa passava, no século XVIII, por mudanças revolucionárias. No período em que a revolução se efetivou de verdade, 1780 – 1800, a Inglaterra experimentou um crescimento comercial inédito com base, sobretudo, na produção fabril de tecidos. Esse crescimento foi importante para que a Inglaterra não tivesse concorrentes em seu comércio, passando a exportar uma parcela substancial de sua produção total para o ultramar. Nesse decorrer do século XVIII, o comércio inglês passou a depender cada vez mais dos mercados coloniais.

Um único limitante à expansão das exportações inglesas para os mercados coloniais era o poder de compra de seus clientes. Embora contasse com uma variedade limitada de produtos para exportação capazes de gerar lucros na Inglaterra, a América espanhola tinha um meio vital de comércio: a prata. Por isso, a Inglaterra prezava bastante o comércio com a América espanhola e procurava expandi-lo de qualquer forma. Mesmo que o mercado hispano-americano, fosse lucrativo nas proporções correntes e suficientemente importante para ser expandido onde fosse possível, não foi vital a ponto de tornar necessária sua incorporação ao império britânico.

No século XVIII, as oligarquias hispano-americanas estavam muito bem estabelecidas em toda a América, com base nos direitos adquiridos da terra, da mineração e do comércio, ou nos laços permanentes de parentesco e aliança com a burocracia colonial, com a corte do vice-rei e com os juízes das audiências, e ainda num forte senso de identidade regional. A fraqueza do governo real e sua necessidade de renda davam a esses grupos condições de desenvolver formas eficientes de resistência ao distante governo imperial. Essa situação para a coroa espanhola, governada pelos Bourbons, era inaceitável.

Os Bourbons remodelaram o governo imperial, centralizaram o mecanismo de controle e modernizaram a burocracia. O que para a metrópole era desenvolvimento racional, para as elites locais era como um ataque aos seus interesses. Um tema essencial da política dos Bourbons foi a oposição a órgãos corporativos detentores de privilégios especiais no Estado. Os Bourbons reduziram progressivamente os privilégios da igreja, com o objetivo de confiscar seus bens. A igreja reagiu vigorosamente opondo-se à política da coroa, mas nada pode fazer para evitar a expulsão, da América, dos Jesuítas. Essa expulsão representou um ataque à semi-independência dos jesuítas e uma afirmação do controle imperial. Outro centro de poder e de privilégio era o exército, mas que também foi reprimido e controlado o poder e os privilégios dessa classe.

No mesmo momento em que reduziam os privilégios da América espanhola, os Bourbons exerciam um controle econômico mais rigoroso, forçando as economias locais a trabalhar diretamente para a Espanha e desviando para a metrópole o excedente de produção e de renda que por muito tempo haviam ficado retidos nas colônias. A partir de 1750, foram feitos grandes esforços para aumentar a renda da coroa, nada mais era gasto em obras e serviços públicos na América, tudo era convertido em espécie e remetido para a Espanha, a renda da coroa cresceu. Os habitantes da América foram responsáveis por esse crescimento, já que seus impostos sofreram reajustes altíssimos. Todos os setores da América espanhola queixavam-se do modo como a política externa estava sendo aplicada, porém os ônus fiscais não transformaram os queixosos em revolucionários nem os encorajaram, a reivindicar independência, mas os impostos criaram um clima de ressentimento e um desejo de obter algum tipo de autonomia local.

A partir de 1765, a resistência à tributação imperial foi constante e intensificou-se ainda mais durante a guerra de 1779 – 1783 entre Inglaterra e Espanha e, assim as cobranças seguiram. O confisco da riqueza da Igreja sintetizou a política colonial espanhola na última década do império. Após a independência os conflitos permaneceram, por causa do controle territorial, esses impasses acabaram por influenciar a produção e a economia boliviana, nesse sentido, pretende-se esclarecer de maneira sucinta, como isso ocorreu e suas conseqüências.

Havia muitas controvérsias acerca dos reais limites entre os países depois da descolonização. Todas as novas nações herdaram os interesses imperialistas do já combalido império espanhol. Bolivianos e chilenos discordavam quanto à soberania da região, embora toda ela já estivesse sendo explorada por companhias chilenas dotadas de capital britânico. O Chile tinha uma economia mais robusta e instituições mais fortes que a maioria dos outros países latino-americanos. No entanto, quando da proclamação da Bolívia por Simón Bolívar, este deixou claro que a Bolívia herdara dos espanhóis uma saída soberana para o mar. A descoberta, durante a década de 1840, de que estes recursos serviam como fertilizantes para a agricultura e podiam ser usados na fabricação de explosivos tornou a área ainda mais disputada, uma vez que o guano e o nitrato dele extraído tinham bons preços no mercado internacional.

Esgotadas as reservas minerais, a América Latina, na sua porção espanhola, assumiria outro papel na ordem colonial mercantilista ditada pela burguesia e pelos Estados europeus. A empresa agrícola monocultora, escravocrata, latifundiária e exportadora substituiu as minas na função histórica de enriquecer a metrópole ibérica.

Guerra do Pacífico

Na guerra do pacífico (1879-1884) o Chile, contando com o apoio inglês, lutou pelo controle das reservas de salitre contra duas nações irmãs – a Bolívia e o Peru – durante cinco anos. Era uma guerra interna para atender interesses externos. Vale salientar que outras “guerras interamericanas” anteriores haviam deixado marcas profundas nas relações entre os povos irmãos do continente. Algumas decorreram de disputas entre os caudilhos – representantes das elites da região – pelo poder, outras por questões de fronteiras, mas, quase sempre, a motivação econômica também esteve presente, e essas envolviam interesses externos. Ao final da Guerra do Pacífico, a Bolívia e o Peru, derrotados, tiveram seus territórios mutilados. A Bolívia perdeu, além das áreas salitreiras, a sua saída para o mar.

Para a eclosão da Guerra do Pacífico contribuíram motivações de caráter geopolítico e econômico, assim como as características do processo de modernização dos países envolvidos – Chile, Peru e Bolívia. Entre as primeiras, cabe mencionar, como antecedente mais próximo, o conflito armado que envolveu esses três países de 1836 a 1839. Naquela ocasião, a causa imediata foi a união territorial e política de Peru e Bolívia, arquitetada por Andrés de Santa Cruz, a qual foi vista pelo Chile como uma ameaça à sua posição no Pacífico sul-americano.

Nesse período a produção nacional de prata nunca voltou a alcançar o nível da produção colonial e o produto passou a ser exportado na forma de moedas. Assim, durante as duas primeiras décadas após a independência, a maior parte da economia estava organizada em torno das grandes propriedades rurais *haciendas*, amplamente auto-suficiente das comunidades indígenas. O excedente comercializável era significativo e servia apenas para abastecer de forma irregular os mercados locais. Foram mantidas ligações tênues com o mercado internacional, através da exportação de pequenas quantidades de açúcar, algodão, cacau, cobre, estanho, nitrato, casca de quina.

Em relação a posse de terra no pós-independência tem-se que segundo Lynch (2001) historicamente, a imposição do tributo indígena estivera ligado a posse de terra. Foi em consequência disso que a própria existência da comunidade indígena se viu ameaçada pelo decreto de Bolívar em 1824, no que declarava que os índios tinham direito de propriedade sobre suas terras e, por extensão, o direito de vendê-las a terceiros. O objetivo implícito nessa decisão foi a criação de uma classe de proprietários rurais prósperos e independentes, logo essa medida poria em risco as comunidades indígenas. A agricultura nacional no pós-independência não se desenvolveu, em virtude da incapacidade da mineração, entre outras coisas, explica por que a população indígena conseguiu manter por tanto tempo seus lotes de terras, porém nos anos de 1860, os o ataque as culturas da população indígena foi afetada, pelos barões da prata.

Para Lynch (2001) a reorganização da economia boliviana, em consequência do setor de mineração após 1850, transformara a estrutura de classes. O grupo emergente era composto por aqueles que estavam ligados à mineração de prata para exportação e sua política colidia com a da velha oligarquia cujo poder estava baseado no controle da terra e das indústrias artesanais, essa elite não conseguia ter acesso direto com o controle político do Estado, sendo obrigada a apoiar diversos caudilhos, que tomavam medidas que mais tarde foram adequadas à política econômica do grupo dominante. A

notoriedade de formular política orientada para a utilização dos recursos para o desenvolvimento da economia local é considerada o maior entrave boliviano.

Como vimos, o Peru e a Bolívia foram durante o período colonial território ligado por fortes relações econômicas e administrativas. Sua separação como a de outras regiões da América Espanhola, foi uma consequência das vicissitudes da luta em favor da emancipação. A Bolívia acabou por consolidar sua precária condição independente em grande parte por meio de diversos conflitos com seus vizinhos. Todavia esse não foi um processo, claramente definitivo e contínuo. A elite não acostumada com a separação precoce, quem nem a geografia nem a estrutura econômica justificava, procurava sempre fortalecer seu poder mediante a ajuda de outras nações, chegando mesmo a invocar ajuda militar, para sair do caos, essa situação de transformações, implicava diretamente no modo de vida da população que mesmo depois de sua independência, ainda carregava cicatrizes profundas da era colonial.

Nesse tópico, o objetivo era demonstrar como os conflitos durante o processo de independência, refletiram no modo de produção boliviano, nesse sentido relatou-se a guerra do pacífico. Não se pretendeu, de maneira alguma, demonstrar esse processo de independência como um todo, mais apenas pontuar, questões relevantes que possam dar condições das mudanças do espaço boliviano.

Guerra do Chaco

O ano de 1880 foi o marco de importante reviravolta na história da Bolívia. O acontecimento mais dramático foi a derrota do exército boliviano diante dos invasores chilenos na Guerra do Pacífico e a consequente perda de território que lhe dava acesso ao mar. Menos dramático, mas igualmente importante foi o estabelecimento de novo governo em substituição ao regime anterior dos caudilhos. Na verdade, a substituição de governos através de golpes militares não fora uma característica incomum na vida política da República no meio século que se seguiu à sua criação, mas o novo regime sinalizou certamente uma mudança fundamental no desenvolvimento político nacional. Representou o primeiro governo republicano viável comandado pela oligarquia civil.

A perda de acesso direto ao mar é um problema internacional que a Bolívia tem dificuldades em superar, todavia, a instituição de um moderno sistema político-partidário e de um governo dominado por civis produziu mudanças políticas, econômicas e finais sociais e culturais que conformaram profundamente a evolução histórica da Bolívia.

A estabilização e o amadurecimento da política boliviana a partir de 1880 não foi uma decorrência da guerra com o Chile. Foram antes, o produto de mudanças básicas introduzidas na economia boliviana, mudanças iniciadas pelo menos 30 anos antes dessa época. Embora tenha sido grande exportador de minérios em todo o período de domínio espanhol, a Bolívia no período republicano exportava apenas uma pequena quantidade de prata e um pouco de outros minérios. A falência da economia imperial na década de 1970, os desastres agrícolas regionais de 1804 a 1805, a devastação produzida pelas guerras civis e pelos conflitos internacionais no período da luta em prol da independência (1809 – 1825), a desintegração da união alfandegária imperial e, finalmente o abandono, depois de 1825, do sistema *mita* de trabalho forçado, tudo isso contribuiu para o declínio da indústria de mineração da prata. Na década de 1840, a produção não atingiu a metade da alcançada nos anos de 1790. Em 1846, existiam na República cerca de dez mil minas abandonadas, nesse período apenas 282 minas mantinham-se ativas, a maioria dos trabalhadores eram especializados, que dedicavam parte de seu tempo nas minas e a outra parte na agricultura.

Além do trabalho nas minas, as indústrias nacionais predominantes eram as fábricas de tecidos de lã para consumo interno ou local e as instalações de processamento de alimentos. Nos anos que se seguiram à independência, o governo republicano tentou desenvolver a indústria têxtil de algodão. No entanto, apesar das proibições esporádicas de importação de tecidos de algodão baratos da Inglaterra e da imposição de pesadas tarifas sobre eles, a indústria têxtil de Cochabamba, produtora de *tucuyo* (roupa grosseira de algodão), não alcançou a importância que teve no século XVIII. A indústria de *tucuyo* de Cochabamba tinha, aproximadamente, no período colonial centenas de *abrajes* (oficinas) trabalhando na produção de roupas. Em 1846 estas indústrias não alcançavam cem empresas. As necessidades bolivianas de tecido barato de algodão eram satisfeitas agora pelas roupas inglesas, que dominaram o mercado.

Assim, a Bolívia permaneceu uma sociedade predominantemente rural. Os habitantes bolivianos em sua maioria viviam fora das cidades e eram responsáveis por boa parte do produto nacional. Na sociedade rural, o equilíbrio entre as *haciendas* e as comunidades índias livres continuou mais ou menos da mesma maneira que fora no fim do período colonial. As *haciendas* eram as propriedades mais valorizadas em termos comerciais, no entanto, nunca desceram a um estado de relativa estagnação a ponto de serem uma ameaça às regiões de densa população onde predominavam as comunidades livres, com exceção de duas áreas excepcionais: os *yungas* e o vale de Cochabamba. A primeira era a principal fonte de produção de coca. A última, aparentemente, havia se recuperado do choque econômico produzido pela crise do fim do período colonial e era agora o principal produtor nacional dos dois cereais básicos: trigo e milho.

As mudanças nas comunidades livres eram contínuas e a estratificação interna, enorme. A abolição da *mita*, o sistema de trabalho forçado obrigatório, favorecera claramente os *originários*, os membros originários das comunidades que tinham acesso mais fácil à terra. A sociedade rural também se estratificava em: *agregados* com terra (os que chegavam à terra, geralmente para trabalhar, e ao longo do tempo passavam possuir propriedades menores nas comunidades); além dos *foresteros* sem terra. O lento crescimento da população começou a criar nas próprias comunidades livres uma classe de índios sem terra.

No período de 1825 – 1850 houve uma estagnação da indústria mineira e das manufaturas nacionais deixando de satisfazer as demandas locais, a Bolívia se encontrava numa posição onde sua balança comercial apresentava um déficit constante, que comente a exploração ilegal de prata e um comércio bastante ativo de contrabando puderam remediar. Os déficits do governo foram um fenômeno constante, visto que os gastos, principalmente, os de natureza militar, superavam em muito os recursos do tesouro nacional.

A partir de 1850 a indústria mineradora começou a reagir a estagnação econômica, a mineração para exportação mostrou um crescimento contínuo, primeiramente no altiplano tradicional (Bolívia, Peru e Chile). As condições externas gerais foram responsáveis pela expansão da indústria mineira na Bolívia. Esse aumento muito se deu devido a diminuição dos custos com a exploração, uma vez que o motor a vapor foi substituído pelo máquina a vapor, assim era possível explorar uma mina inundada a custos bastantes reduzidos. Além disso, o crescimento da mineração peruana e chilena nesse mesmo período proporcionou um substrato regional geral de capital e de conhecimento técnicos facilmente exportáveis para a incipiente indústria boliviana. E também, pelo declínio dos preços internacionais do mercúrio reduziu um item importante de custo tradicional na exportação da prata.

Uma enorme parcela do capital investido na indústria mineira a partir de 1850 proveio da aristocracia comerciante e fundiária produtora de grãos do vale de Cochabamba. Assim, parecia que o crescimento contínuo e pouco espetacular da população nacional, apesar das epidemias severas de cólera no mesmo período, criara um mercado interno expansível para os produtos agrícolas, especialmente o trigo e milho. Com isso, a elite de Cochabamba pôde obter um excedente de capital. Cochabamba, também gerou uma classe de empresários novatos que se dispuseram a correr os riscos de investir fortemente na indústria mineira, um negócio que, por tradição, sempre foi bastante inesperado.

As primeiras companhias nacionais mineradoras fundadas no século XIX instalaram-se em Potosí e Oruro. Começaram por explorar as minas de Porco, na província de Potosí e as de Guadalupe, no distrito de Chivas, também na província de Potosí. E em pouco tempo as principais empresas mineradoras de prata estavam instaladas nos distritos mineiros de Potosí e Oruro. Na segunda metade da década de 1870, a indústria boliviana de mineração de prata alcançou níveis internacionais de capitalização de desenvolvimento tecnológico e de eficiência. No final desse período revitalizou tanto sua economia interna quanto seu comércio exterior.

O desenvolvimento de um setor moderno criou novas demandas tanto de mão-de-obra quanto de gêneros alimentícios. O setor da agricultura comercial ganhou um novo dinamismo e a construção de novos ramais de estradas de ferro criou novos mercados para regiões até então marginalizadas. Em consequência o sistema da *hacienda*, que, como a mineração, esteve estagnada por quase meio século, começou a recuperar-se e expandir-se. Ao mesmo tempo com a queda da arrecadação do tributo indígena, que em algum momento foi a principal fonte de receita governamental, o governo nacional deixou de preocupar-se em proteger as terras das comunidades livres.

Em 1860, os títulos de posse das comunidades livres foram contestados, mas os índios resistiram e no final as comunidades acabaram mantendo suas terras. Em 1870, os brancos e os *cholos* (mestiços) aumentaram a pressão para pegar as terras de qualquer forma. Em 1880, a classe fundiária dominante impôs às comunidades um sistema de compra direta da terra com base na alegação de que os direitos pertenciam aos indivíduos e não ao grupo corporativo. Assim, o indígena livre recebeu um título de posse, isso deu possibilidades aos *hacendados* de comprar algumas parcelas pequenas, dissolvendo o controle de fato da comunidade. O resto foi fácil, com o emprego de fraude e de força ou simples compra; logo as *haciendas* começaram sua enorme expansão por todos os altiplanos e pelos vales contíguos.

No período de 1880 a 1930, a Bolívia viveu a segunda grande época de construção da *hacienda*. Se, em 1880, as comunidades índias ainda controlavam a metade das terras e constituíam mais ou menos a metade da população rural, em 1930 suas terras representavam apenas um terço do total e sua população tinha a mesma proporção. Dissolveu-se o poder das comunidades livres, que foram liquidadas, devido ao caráter marginal das terras que ainda controlavam que culminou com a estagnação da economia nacional após a década de 1930.

Como consequência, a comunidade perdeu o direito à terra e sua coesão social. Quando muitas das *haciendas* recriaram a organização política e social das comunidades livres, os *ayllus* de *haciendas* ou os governos, não tiveram o poder de evitar a expulsão de seus membros das propriedades. Além disso, agora as propriedades tinham menor necessidade de trabalhadores do que as comunidades livres na sua época. O resultado foi a dissolução das normas sociais índias, a migração para as cidades e a expansão da população *chola* (ou mestiça) rural e urbana. O único fato que impediu a

destruição total da cultura indígena foi o crescimento contínuo da população de camponeses índios em todo o século XIX. Na metade do século, uma série de epidemias diminuiu o ritmo desse crescimento, mas com o desaparecimento de epidemias como o cólera houve novamente um crescimento demográfico.

A Bolívia permaneceu sendo uma nação predominantemente rural, até boa parte do século XX, constituída em sua maior parte de camponeses índios, apesar do desenvolvimento de um setor moderno de exportação, da grande expansão da agricultura comercial e do sistema de *hacienda*, e mesmo com o crescimento de modernos centros urbanos. Mesmo assim, a falta de ensino público na zona rural antes da década de 1930, ocasionou o analfabetismo em grande parte da população rural, com a maioria ignorando, o espanhol, a língua nacional. O idioma predominante continuou sendo a *quíchua*, com o *aimará* ocupando o segundo lugar.

Os governos civis da Bolívia que foram constituídos depois de 1880, tiveram como base de apoio uma pequena porcentagem da população nacional. Esse apoio vinha dos falantes de espanhol, sendo apenas um quarto da população do país. Levavam-se em conta os requisitos de alfabetização para ser eleito, bem como as restrições financeiras à ocupação de cargos públicos, o regime boliviano era no pleno sentido da palavra, um sistema político de participação limitada. A elite preocupava-se em manter as massas indígenas fora da política e em negar-lhe acesso às armas ou qualquer meio eficaz de protestos. Para manter a submissão dos índios, um instrumento indispensável foi o exército, sobretudo após sua profissionalização e modernização, chamado continuamente para reprimir os periódicos levantes indígenas. A política nacional continuou exclusivamente centrada nas mãos de pequenos grupos da elite, em grande parte do século XX.

Em relação ao aparato tecnológico, a Bolívia é importadora de ciência e tecnologia. A indústria mineira da Bolívia desde 1880 utilizava tecnologia tão avançada quanto qualquer outro mundo, mas todo seu maquinário e seus engenheiros foram importados das melhores escolas da Europa e da América do Norte. O desenvolvimento do setor de exportação, principalmente a indústria da mineração de prata na segunda metade do século XIX tornaram a economia da boliviana cada vez mais vulnerável às forças econômicas internacionais. Nesse período, tanto os importadores de produtos manufaturados, que pagavam suas compras com o dinheiro arrecadado com as exportações de minérios, quanto o governo, que se tornara totalmente dependente dos impostos obtidos com o comércio exterior, estavam comprometidos com os caprichos do setor de exportação, que, por mais bem sucedida que tenha sido, se tornou cada vez mais vulneráveis as flutuações da demanda internacional. Assim, o governo, os donos de minas e a elite nacional estavam sujeitos às repressões internacionais que criavam problemas de estabilidade e sobre as quais tinham pouco controle.

A Bolívia foi um exemplo clássico de economia aberta. Como a maior parte do seu poder de compra interno provinha do importante setor da mineração, ela era extremamente vulnerável às mudanças de preço dos produtos primários de exportação. A prata era o principal produto exportado e, em segundo lugar o estanho, desse modo, qualquer mudança nos preços no mercado internacional ocasionava um impacto direto e imediato sobre a economia local. Foi essa incerteza a razão de grande parte do comportamento dos donos de minas, os líderes que dominaram a política no período pós-1880.

A nova elite da mineração formou um grupo de pressão mais coerente para atuar com vistas a eleger governos mais sensíveis às suas necessidades. Os mineiros queriam governos civis estáveis cujos recursos fiscais pudessem ser devotados a uma intensa

construção de estradas de ferro, uma vez que, existiam sérios problemas de transporte na Bolívia. Os partidos políticos bolivianos foram criados durante os debates sobre a Guerra do Pacífico. Para os mineiros a eclosão da guerra em 1879 representava o estancamento de suas fontes de capital no Chile e um transtorno do comércio internacional. Estes responsabilizavam os regimes militares anteriores pela guerra. Os donos de minas se agruparam e formaram um poderoso partido político que defendia a paz entre bolivianos e chilenos. Porém, existia um grupo contrário aos desejos do grupo dos mineiros. Foi assim que, no final da guerra surgiram o Partido Conservador e o Partido Liberal. Supostamente defendiam ideologias opostas, mas ambos os partidos concentravam suas energias nas questões de modernização política e econômica.

Nas eleições totalmente livre de 1884, o vencedor, Gregorio Pacheco, pertencia ao Partido Conservador e deu início a chamada era da “Oligarquia Conservadora”, que se manteve no governo até 1884 a 1899. Nesse período, os dois partidos definiram sua linha política e os sucessivos governos concentraram-se em fazer um acordo com o Chile e promover a construção de importantes estradas de ferro. No final da década de 1880 a política voltou a ser comandada pela violência. A violência nas eleições era usada sempre que os governos conservadores se recusavam a entregar a presidência ao Partido Liberal, e vice-versa. A tradição dos golpes de Estado continuou sendo permanente na política, mas não representou a interrupção do governo civil ou a instabilidade da vida política. O período de 1880 a 1936 foi de notável continuidade e estabilidade apesar do recurso periódico a uma violência limitada.

O governo de Aniceto Arce, no período de 1888 a 1892, foi considerado o governo conservador mais produtivo, uma vez que este governo deu início a construção de um ramal ferroviário que ligava o porto chileno à cidade de La Paz e, dava à Bolívia o acesso ao mar, além de estabelecer uma moderna rede rodoviária. Nos períodos de 1892 a 1896 e 1896 a 1899 os presidentes eram do Partido Conservador e ganharam as eleições através de processos fraudulentos. No segundo período o poder dos conservadores estava em fase de declínio, pois o preço da prata no mercado internacional estava tendo queda vertiginosa. Em contrapartida, os liberais sentiram crescer sua força, associados às novas classes profissionais urbanas de La Paz e aos grupos exploradores de outros minérios fora da prata, sobretudo aos novos mineiros do estanho, que almejavam derrubar a oligarquia conservadora.

O aumento da produção do estanho, que depois de 1900, se tornou a principal indústria da Bolívia, teve sua origem no desenvolvimento obtida na era dominada pelos conservadores. Quando começou o declínio da prata no mercado internacional, foi fácil transferir a tecnologia e as comunicações existentes para a exportação de outros metais. Houve um aumento na demanda mundial de estanho, coincidindo com exaustão das tradicionais minas de estanho da Europa, isso deu a Bolívia condições de capitalizar seus recursos e reagir com rapidez e eficiência. O estanho sempre foi importante subproduto da mineração da prata. Com a facilidade de transporte ferroviário de baixo valor, pela primeira vez sua exportação tornou-se lucrativa..

Para a tradicional elite da prata, essa transição não foi tão fácil. O crescimento da mineração de estanho assumiu proporções grandiosas. As zonas de mineração continuaram as mesmas, no entanto, as minas ao norte de Potosí e ao sul de Oruro passaram a dominar a produção, a ênfase deslocou-se de maneira sutil, mas importante para o Norte. O deslocamento foi repentino e o investimento de capital nos ativos fixos tão intensos que muitos mineradores de prata tiveram dificuldades de mudar para o estanho. O resultado foi à entrada de companhias estrangeiras no mercado e o surgimento de novo grupo de empresários bolivianos.

Todas essas mudanças provocaram importante ruptura no cenário político nacional. A cidade de Sucre no departamento de Potosí, antes principal centro da antiga elite mineira do Partido Conservador via-se incapaz de reagir a essas mudanças. A cidade de La Paz passava então, por uma expansão se tornando o principal centro de serviços para a nova indústria do estanho, ressaltando sua predominância na vida economia e social do país. Em 1899 houve uma revolta promovida pelos liberais da elite de La Paz que exigiam autonomia da cidade e a derrubada do governo conservador. Essa revolta teve como resultado a vitória do Partido Liberal e La Paz se tornaram a capital do país.

O novo século viu o estabelecimento de um novo governo e a criação de uma nova indústria da mineração. O regime liberal diferiu do conservador em poucos aspectos fundamentais. Ambos subsidiaram fortemente os transportes, apoiaram energeticamente a indústria mineira e desenvolveram e modernizaram seus centros urbanos. Ambos tentaram ativamente destruir as comunidades indígenas e expandir o sistema da *hacienda*. Finalmente, ambos mostraram-se indiferentes à questão da Igreja, ao contrário da maioria dos outros Estados latino-americanos, onde essa questão provocou grandes conflitos.

Não houve restrição aos investimentos estrangeiros nas minas de estanho e, desde o começo desse ciclo econômico, a Bolívia esteve aberta a todos os tipos de empresários e engenheiros do exterior. Mesmo com toda essa abertura os bolivianos eram o grupo dominante dessa indústria. Mesmo que outros países como o Chile e o Peru, também tivessem tido um crescimento na indústria mineira, a Bolívia foi a principal região de atividade da mineração, pois na década de 1930 este país concentrava as três maiores companhias mineiras que dominavam a produção de estanho e uma boa parcela das minas locais de chumbo, zinco, volfrâmio e de outros minérios.

Como os magnatas do estanho estavam preocupados em se concentrarem na luta intensa e competitiva pelo domínio das minas no território da Bolívia se afastaram das questões nacionais deixando, assim, a política bolivariana nas mãos de uma elite formada por profissionais liberais da classe média alta urbana em ascensão e para representantes da elite agrária das províncias. A estrutura social da Bolívia continuou estável, apesar das mudanças recentes e muito rápidas.

Mesmo que as novas minas tivessem criadas diversas cidades ao sul de Oruro e ao norte de Potosí, o grande desenvolvimento da indústria mineira em 1900 continuava absorvendo uma parcela ínfima da população economicamente ativa. Desse modo, apesar do crescimento de um novo setor de exportação, da expansão de uma nova elite, e da desintegração maciça da propriedade indígena nas zonas rurais, a Bolívia permaneceu tradicional em sua composição social. Por isso, os liberais sentiram-se pouco coagidos a preocupar-se com os sérios problemas de classe e de casta que dividiam essa sociedade multiétnica.

O primeiro presidente do Partido Liberal assumiu o poder durante o período de 1899 a 1904, em sua administração perdeu boa parte do território nacional. O primeiro dos dois grandes desastres internacionais foi a disputa do Acre. No centro da região do grande desenvolvimento da borracha na Amazônia, os territórios do Acre eram próximos à fronteira com o Brasil e habitados, em sua grande parte, por migrantes brasileiros. Quando o último governo dos conservadores criou uma alfândega do rio Acre, e arrecadou enorme soma sobre a borracha embarcada através do Brasil, os seringueiros locais se revoltaram. O governo liberal enviou tropas às distantes planícies orientais para reprimir a revolta, mas o apoio dos brasileiros deu aos rebeldes forças suficientes para resistir. O resultado foi a derrota total das forças bolivianas e a

anexação do território do Acre ao Brasil, estabelecido em 1903 no Tratado de Petrópolis.

Com relação ao território do Acre, o governo liberal adotara uma posição de resistência e perda. Na frente chilena foi muito menos agressiva. Nesse caso, numa tentativa de obter recursos e acabar com uma questão já muito dilatada e politicamente sensível que, no seu entender, estava desviando o patrimônio nacional, superou as mais extremas concessões propostas pelos seus antecessores. Invertendo sua atitude anterior, que exigia a devolução incondicional do território ocupado na Guerra do Pacífico os liberais assinaram um tratado de paz formal com o Chile em 1904. A Bolívia concordou em ceder ao Chile todas as suas terras tomadas ao longo do litoral e desistiu de suas exigências sob a construção de um porto no Pacífico. Em troca, o Chile construiria uma estrada de ferro que daria à Bolívia acesso ao mar. Embora a questão do litoral tenha sido resolvida formalmente pelo tratado, na verdade continua até hoje o principal problema das relações internacionais dos Andes. Nessa época, esses acordos na questão do Acre e no conflito com o Chile deram aos liberais uma paz relativa na frente internacional e um suporte financeiro para dar continuidade ao programa de construção ferroviária.

O segundo presidente da era liberal no período de 1904 a 1909 representava a nova linhagem de políticos da classe média urbana. Estava respaldado por um bom superávit na balança comercial, devido o crescimento na economia em decorrência do aumento da exportação de estanho. Fez empréstimos bancários internacionais gerando condições para concluir as linhas ferroviárias internacionais, além de executar os principais projetos de construção urbana, saneamento e iluminação, acarretando uma expansão da atividade econômica. Mas a súbita crise do comércio internacional no período anterior à primeira guerra mundial (1913-1914) reduziu um terço das exportações de minério, além de grave crise na agricultura em decorrência a mudanças climáticas adversas. Esses problemas geraram um racha no Partido Liberal. Dessa divisão emergiu, em 1914, uma nova agremiação com o nome de Partido Republicano. Essas mudanças resultaram ao retorno ao sistema bipartidário, isso causou uma recorrência de eleições presidenciais fechadas e fraudulentas e o apelo da oposição novamente à violência e aos golpes de Estado.

O advento do governo republicano, um regime que durou até 1934, introduziu uma mudança sutil, mas importante que vinha se desenvolvendo desde o término da Guerra do Pacífico. De um sistema bipartidário simples, a política nacional começou a evoluir para um sistema multipartidário. A Bolívia foi um dos primeiros países do mundo a sentir os efeitos totais da grande depressão que se seguia à quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, devido à abertura de sua economia à investimentos externos. O crescimento econômico que fora a marca tanto dos governos conservadores quanto dos liberais, afetara apenas determinados grupos da elite. Na segunda metade do século XX, esse crescimento começou a reproduzir efeitos importantes nos setores dos índios e dos *cholos*.

A expansão das *haciendas* gerou maior número de conflitos com as comunidades indígenas por causa de terra, o que, por sua vez, gerou uma série de grandes revoltas na década de 1920. De importância mais imediata para a elite foi a organização dos primeiros sindicatos trabalhistas modernos. As atividades organizacionais tiveram origem no século XIX, mas a Bolívia sempre esteve várias décadas atrasada em relação a seus vizinhos em agitação e em organização trabalhistas. A década de 1920, a violência política e o conflito social foram mais intensos do que nas décadas anteriores, quando centenas de índios e dezenas de brancos e *cholos* foram mortos.

O governo boliviano voltou-se aos mercados estrangeiros de capital privado à procura de recursos que lhe permitissem promover grandes projetos de desenvolvimento. Sua dívida externa se tornou ainda mais elevada, deixando ao seu credo, os Estados Unidos, o controle direto aos órgãos de tributação do país, o que era inaceitável para a maioria da população boliviana. Em 1920, depois que ficou comprovada a incapacidade dos empresários bolivianos de desenvolver poços produtivos de petróleo, foram abertos aos estrangeiros as áreas de reserva.

Na Bolívia, a oposição à exploração dos recursos naturais por companhias estrangeiras começou logo que foi feita a primeira concessão no ramo petrolífero. Com respeito a mineração não houve qualquer clamor público e, as companhias norte-americanas participaram ativamente da economia do país, mas o petróleo sempre constituiu uma questão especial e o ataque à companhia norte-americana Standard Oil Company of Bolivia passou a fazer parte da retórica tanto da direita tradicional quanto dos nascentes movimentos bolivianos de esquerda.

No final de 1928, ressurgiu temporariamente a disputa com o Paraguai em torno da fronteira do Chaco, prenunciando conflitos ainda mais sérios, obrigou o governo boliviano a convocar as forças de reserva e ordenar represálias. No entanto, no início de 1929 foi negociado com o Paraguai um Ato de Conciliação. Nesse mesmo período, a Bolívia atingiu a maior produção de estanho, porém houve a deterioração dos preços internacionais do estanho. Os preços do estanho caíram violentamente, a produção diminuiu e a receita do governo declinou, o que forçando o retorno de muitos mineiros ao campo e para a agricultura de subsistência, enquanto a depressão anulava a maioria dos ganhos do movimento trabalhista ainda fracamente organizado. Os camponeses índios tornavam-se cada vez mais passivos à medida que a grande época de expansão da *hacienda* chegava a seu término com o fim dos grandes investimentos nas propriedades rurais.

Em 1931 o cenário político e econômico da Bolívia se tornaram cada vez mais intenso, o governo então passou a dar maior atenção à questão fronteiriça do Chaco. Aproveitando-se de um incidente qualquer, o governo boliviano rompeu relações diplomáticas com o Paraguai e organizou o Exército às custas de outros serviços do governo, sendo que em julho de 1931 o governo boliviano declarou guerra ao Paraguai, que se tornaria a guerra mais cara para a história republicana da Bolívia. A causa da guerra do Chaco está embasada no complexo conflito político dentro da Bolívia e nas repressões que a depressão de 1929 exerceu sobre um sistema político frágil.

A guerra do Chaco destruiu o sistema político existente na Bolívia desde 1880. O fim da guerra assistiu à falência do governo civil e dos partidos políticos tradicionais. Os novos temas do debate nacional passaram a ser a questão indígena, a questão trabalhista, a questão agrária e a dependência econômica em relação aos donos de minas. Essas discussões acarretaram, no fim da década de 1930 e nos anos de 1940, a criação de novos partidos e movimentos revolucionários e finalmente geraram a revolução social de 1952.

A Bolívia, quando entrou na guerra do Chaco, tinha uma economia tradicional, subdesenvolvida e denominada pela exportação e, quando saiu do conflito, matinha as mesmas características. Essa guerra destruiu os pressupostos tradicionais da elite e suscitou um repensar fundamental da natureza da sociedade boliviana. O resultado foi a criação de um movimento político revolucionário que esposou algumas das idéias mais radicais que apareceram no continente.

Bolívia a partir de 1950

A partir da década de 1950 vários países da América do Sul iniciaram um processo de ocupação de terras através de políticas de colonização que passaram a vigorar como respostas às realidades econômicas e políticas diferentes em cada território. A Bolívia inicia um movimento de povoamento em direção ao oriente de uma maneira efetiva no de 1953, período em que se deram profundas transformações no país no campo político, assim como no campo econômico e social.

As políticas de colonização promovidas pelo governo boliviano financiadas por fundos norte-americanos e organismos multilaterais como as Nações Unidas, pareciam não ter interesse em superar as péssimas condições de vida dos migrantes que estavam sendo expulsos das áreas dos Vales e Altiplanos do país. Sendo que seu interesse estava voltado centrado em desenvolver uma base necessária para obter capital com o intuito de adentrar nas áreas em condições de obter benefícios econômicos. Esse fato estava claro, uma vez que os primeiros camponeses que foram levados às áreas de colonização tiveram que ficar enclausurados sem ter condições de sair da região. O Estado não oferecia garantias de infra-estrutura e investimentos necessários às áreas destinadas ao povoamento. O camponês foi atraído a uma região completamente desconhecida e com exploração de sua força de trabalho (LOPES, 1990).

As instituições estrangeiras por fornecerem financiamento para a promoção de desenvolvimento interno da Bolívia controlavam e determinavam as políticas e ações que o Estado boliviano deveria realizar. O Banco Mundial Internacional - BID recomendou que o Instituto Nacional da Bolívia ficasse responsável por promover o desenvolvimento das comunidades rurais bolivianas. Sem deixar de lado a importância de se ter criado um organismo que pudesse coordenar e planejar diversas ações e políticas de desenvolvimentos de colonização sem entraves pode-se supor que este órgão governamental não respondeu às expectativas para qual foi criado. Como consequência, o camponês não encontrou apoio efetivo para promover seu próprio sustento (LOPES, 1990).

Esta reforma agrária levada a cabo em 1953 introduz importantes modificações no campo. A introdução do sindicato rural em terras camponesas e indígenas marcaria a posterior organização dos ayllus e *markas*, seja através de suas congruências ou discrepâncias com estrutura tradicional destes. Ao mesmo tempo em que propiciava um organismo de coesão às muitas comunidades, a reforma agrária de 1953, muitas vezes ao expropriar as *haciendas* de áreas de colonização, trabalhou no sentido de devolver as terras às famílias camponesas na forma de pequenas propriedades familiares individuais (ALBÓ, 2002). Estas transformações do status da terra interferiram no cotidiano, que estimulou (e estimula) entre as comunidades diversos conflitos a respeito dos limites de propriedades e mesmo uma nova concentração de terras, baseada na compra de propriedades individuais de pequenos agricultores que não tinham como cultivar seus próprios lotes, causando desta forma certa divisão interna nas comunidades tradicionais (ALBÓ, 2002).

Uma das regiões que se deu maior importância para realizar a reforma agrária na Bolívia foi o Departamento de Santa Cruz, uma vez que esta região conectava em sua totalidade com a capital e aos outros centros bolivianos mais importantes. Todas suas áreas de alguma forma estavam interligadas concentrando, assim, um contingente populacional alto utilizada fortemente na agricultura intensiva, além de concentrar as principais atividades agrícolas e industriais da Bolívia. Portanto, se pretendia introduzir em Santa Cruz um desenvolvimento agrícola e industrial que possibilitasse a substituição de importações (LOPES, 1990).

A infra-estrutura viária que interliga tanto as zonas urbanas como as rurais de Santa Cruz foi relativamente bem organizada. A amplitude produtiva desta região determinou que o governo, a partir de 1953, tivesse como objetivo de sua política a auto-suficiência alimentícia e de exploração de fibras, base do desenvolvimento agrícola desta região (LOPES, 1990). Este desenvolvimento foi possível com crédito agrícola abundante e barato que serviu para incentivar a agricultura empresarial e a colonização nacional e estrangeira. O crédito era financiado por fundos norte-americanos e por organismos multilaterais como as Nações Unidas. Todo o modelo de desenvolvimento era guiado pelos financiadores.

As primeiras colônias estrangeiras de povoamento a se instalarem em Santa Cruz datam da década de 1950: Menonitas e Japonesas. As Colônias Russas vieram no final da década de 1970. As Colônias Menonitas, seus integrantes pertenciam a seitas religiosas do norte da Europa há mais de três séculos e, se caracterizava por seu tradicionalismo, pacifismo e dedicação a terra. Esta colônia chegou ao departamento de Santa Cruz em 1954 e, deste então são mais de 2000 famílias assentadas. Tem uma grande importância na produção de soja, trigo e derivados de leite. Estando fortemente mecanizada e praticando uma agricultura intensiva. As transformações que estes agricultores têm realizado em suas plantações tem sido proveniente de fundos trazidos de outros países de onde residiam (LOPES, 1990).

As Colônias Japonesas chegaram a de Santa Cruz em 1955 financiados pelo governo, contando com toda uma infra-estrutura agrícola que era necessária para o desenvolvimento de suas atividades. O governo participou com suas doações de terras e as instalações de infra-estrutura viária. Suas atividades produtivas estavam baseadas, principalmente, no arroz, em segundo lugar o milho, trigo, sorgo e feijão. Tanto as Colônias Japonesas como as Menonitas produziam soja, ocasionando em 1965 uma saturação deste produto por excedente de produção, saturando o mercado nacional. Estas Colônias dedicam-se aos cultivos que tem maior mercado, contam com culturas produzidas mediante tecnologias altamente sofisticadas. As Colônias Japonesas tem grande importância na produção agrícola, sendo tão significativa que alcançou 80% do consumo total da cidade de La Paz. Quando os japoneses chegaram recebiam 50 ha para trabalhar, com suas altas produtividades agrícolas, atualmente existem colonos que chegam até 1000 ha de terra. Portanto, existe há muitos anos uma diferenciação entre os colonos nacionais e os estrangeiros. Confirmando assim, uma estrutura eminentemente capitalista destas colônias.

As Colônias Russas se instalaram na região a partir de 1979, tem uma grande importância, assim como as outras duas colônias. Contam com um elevado grau de mecanização agrícola, utilizam implementos agrícolas, variedade de maquinário de última geração. Seu principal cultivo é o arroz (85% de sua produção), também cultivam soja, sorgo, milho, trigo em proporções menores. Sem embargos econômicos, estas colônias trouxeram consigo muitas máquinas agrícolas modernas. Apresentando um alto nível de capacitação, mas não tiveram ajuda do governo boliviano nem ajuda externa, tiveram que vender parte de seus maquinários para financiar sua sobrevivência.

Ao se instalarem contavam com infra-estrutura de estradas e vias fluviais, porém não existiam escolas, também não contaram com assistência médica. Cada família recebia um lote de 50 ha, não mais que isso. Essas famílias passaram a concentrar as terras, desprezando os camponeses nativos que se viam impotentes ante ao avanço do capital das Colônias Estrangeiras. Houve uma enorme expansão de terras das Colônias Japonesas num período de 33 anos e, que algumas famílias abandonam a atividade agrícola e substituindo-a pelo comércio e outras atividades de caráter urbano. Nas

Colônias Menonitas também há uma expansão de terras, menor do que a expansão das Colônias Japonesas, mesmo assim existe uma diferenciação entre integrantes das colônias estrangeiras e, estas expansões se devem ao crescimento da população estrangeira. Nas Colônias Russas foram ingressando mais famílias ocasionando um processo de acumulação de capital produzido em seu interior (LOPES, 1990).

As Colônias Nacionais, a revolução nacional de 1952 da Bolívia implantou um modelo de desenvolvimento que teve implicações econômicas, políticas e sociais dando origem a aplicação de medidas fundamentais que atacavam a distribuição da riqueza e tinham entre seus objetivos incorporar os operários e camponeses na vida institucional. As medidas aplicadas foram: a nacionalização das minas, a reforma agrária e o voto universal (TEODOVICH, 1988). A reforma agrária de certa forma destruiu a concentração de terras nos grandes latifúndios. Os primeiros assentamentos dirigidos de colonos nacionais de origem andina se programaram durante os anos de 1954 – 1955. As colônias nacionais que mais foram impulsionadas pelo Estado boliviano, também na área do departamento de Santa Cruz, foram de Yapacani y San Julián. Desde a década de 1940 as Colônias Nacionais vinham sendo incentivadas pelo Estado através de reformas dirigidas e espontâneas. Tinham como objetivos desafogar as zonas de maior densidade demográfica e capacitar mão-de-obra nas atividades agrícolas modernas, baseada nas grandes propriedades do oriente. Os colonos que chegaram de maneira espontânea se assentaram preferencialmente nos entornos das colônias dirigidas.

A Colônia Dirigida⁴ de Yapacani foram direcionados migrantes das mais diferentes zonas da Bolívia onde existiam pressão demográfica, insuficiência de território e condições muito limitadas para o desenvolvimento social e econômico de seus habitantes. Em Yapacani houve índices altíssimos de abandonos das terras pelos colonos assentados, por não contarem com infraestrutura que pudesse mantê-los na terra. Se comparar as Colônias Nacionais com as Colônias Estrangeiras perceberá que existem diferenças exorbitantes. Em primeiro lugar, as Colônias Estrangeiras estavam fortemente capitalizadas, possuíam máquinas de alta tecnologia; tinham mão-de-obra qualificada e conseguida efetivar os canais de comercialização com os principais mercados consumidores. No entanto, as Colônias Nacionais eram formadas por camponeses homogêneos que não possuíam recursos financeiros para a compra de maquinário; a mão-de-obra não era qualificada; não se tinha infraestrutura adequada para o transporte da produção; não tinham canal de comercialização (LOPES, 1990).

A Colônia Dirigida de San Julian começou em 1972 e, teve êxito nos assentamentos logo nos primeiros anos de consolidação. Essa colônia conseguiu estabilizar seus colonos em suas parcelas. Essa estabilidade deveu-se a fatores como uma capacitação aos colonos; um modelo de assentamentos em núcleos e um programa de recrutamento tudo promovido pelo Estado. Em San Julian foi grande a importância que se deu ao colono na condução do assentamento, o que por conseqüência ocasionou a consolidação do projeto de povoamento. Atualmente San Julian enfrenta muitos problemas de mercado, pecos, infra-estrutura viável, serviços, fatores estes que não estariam ao alcance do colono, e sim das políticas agrícolas que beneficiam o pequeno produtor.

Os sistemas de produção nas Colônias Nacionais Dirigidas estavam concentradas em sua maior parte no cultivo do arroz, do milho e da mandioca. Esses três produtos sofrem problemas de comercialização, primeiro com a falta de transporte e com o excedente de

⁴ As Colônias Dirigidas foram implementadas a partir da década de 1960. Durante as décadas de 1960 – 1970 foram realizadas a maior parte dos projetos de colonização dirigida e também foram construídas as principais vias de comunicação, as zonas que mais receberam atenção por parte dos projetos dirigidos foi o departamento de Santa Cruz

produção. Uma comparação entre as colônias de San Julian e de Yapacani pode-se perceber que diferenças: a Colônia de San Julian é conduzida de forma em que se tem consciência de que existe uma lógica de campesinato diferente da lógica empresarial, onde o objetivo principal não é o lucro, não é a acumulação, mas sim satisfazer as necessidades básicas que o colono tem o seu próprio consumo. Além do que, nessa colônia o próprio colono buscou o fortalecimento de suas organizações, para poder ter participação nas decisões. A Colônia de Yapacani buscava a lógica empresarial, e a busca pela participação dos colonos foi anulada pelos colonos que não se sentiam capaz de formar e conduzir suas organizações.

As Colônias Espontâneas de povoamento eram formadas por colonos, que chegaram de maneira espontânea se assentou preferencialmente no entorno das colônias dirigidas. Porém não tinham apoio do Estado, estas colônias representaram um movimento dinâmico de assentamentos de famílias superando em grande parte aquelas estabelecido pela colonização dirigida.

As áreas selecionadas para executar os programas de assentamentos de famílias proposto pelo Estado, segundo Lopes (1990) não se constata como solução para melhorar a situação anterior do colono. Esses projetos deram lugar a uma diferenciação cada vez maior entre os empresários agrícolas e os pequenos produtores, sendo que uns tem uma agricultura de mercado e os outros apenas de subsistência, ocasionando o processo de descampenização.

Liberalização do Comércio Agrícola da Bolívia.

América Latina foi a região do mundo que realizou as reformas mais profundas em suas políticas comerciais. Seguindo o assim chamado Consenso de Washington, sucessivos governos colocaram em prática políticas de ampla abertura de suas economias aos produtos importados e aos capitais internacionais, especulativos ou não. Estas políticas causaram fortes impactos sobre as atividades agrícolas da região. O aumento expressivo das exportações de produtos agropecuários é, em geral, valorizado por seus defensores. Com base em estudos detalhados elaborados por um seleto grupo de estudiosos latino-americanos e norte-americanos, esse grupo examina as promessas da liberalização do comércio agrícola dos países em desenvolvimento – através do crescimento econômico estimulado pelo aumento das exportações – e seus perigos, a começar pelas perdas da agricultura familiar decorrentes da inundação dos mercados domésticos por importações de produtos agrícolas mais baratos.

Os coordenadores do projeto, Mamerto Pérez, da Bolívia, Sergio Schlesinger, do Brasil e Timothy A. Wise, dos Estados Unidos, concluem que as promessas de crescimento através do aumento das exportações agropecuárias são exageradas, enquanto os perigos para os agricultores familiares, ao contrário, são bastante reais. O documento, produzido pelo Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento e o Meio Ambiente nas Américas, um projeto do Instituto para o Desenvolvimento Global e Meio Ambiente (GDAE) da Universidade de Tufts, é baseado em alguns estudos de casos sobre os impactos da liberalização e outras políticas afins, em alguns países selecionados. Para avaliar as promessas das exportações agrícolas, o grupo de estudo examinou o crescimento explosivo da produção de soja na América Latina através de estudos sobre o Brasil, Argentina e Bolívia. Para este trabalho utilizaremos apenas o estudo realizado para a Bolívia, a fim de analisar os impactos sobre os agricultores familiares.

O cultivo e comércio da soja assumiram importância mundial no período imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos incluíram

suas exportações de soja nos pacotes de ajuda destinados à reconstrução da Europa. Esta condição permitiu àquele país estabelecer uma posição dominante sobre esta *commodity* emergente e dominar seus mercados globais durante duas décadas, como único exportador do produto. Já em 1970, respondiam por dois terços dos 44 milhões de toneladas de soja produzidos em todo o mundo. O Canadá era o segundo maior produtor, seguido de alguns países europeus.

A produção cresceu lenta, mas consistentemente até os anos 1980 nas primeiras décadas que se sucederam à Segunda Guerra Mundial, até que – após a crise da produção de alimentos marinhos para animais – ao final da década de 1980, decolou, apresentando crescimento acelerado até os dias de hoje. Em 2001, a produção global de soja havia quadruplicado, em relação a seus níveis de 1970, e em 2007 ela era de cerca de 230 milhões de toneladas, cinco vezes maior do que a de 1970, segundo o USDA.

A produção comercial de soja na América do Sul começou a ser impulsionada após o final dos anos 1960, quando problemas climáticos reduziram fortemente a produção de soja dos Estados Unidos, ao mesmo tempo em que afetavam também a produção de ração animal a partir do peixe e de outras espécies marítimas. De início, só o Brasil e a Argentina entraram no mercado, mas, uma década depois, o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia expandiram seus cultivos de soja também, embora sempre em níveis muito inferiores aos dos dois maiores produtores da região (PÉREZ, et al., 2008).

Bolívia: o desenvolvimento periférico da soja

A Bolívia é o quarto maior produtor de soja da América do Sul, apesar de, com menos de um milhão de hectares plantados, o país situar-se muito atrás dos dois gigantes da região. Segundo dados oficiais, em 2006 foram cultivados 950 mil hectares. Apesar de seu pequeno significado internacional esta produção é importante para a economia do país (em 2000, antes da atual subida dos preços internacionais dos minerais e do petróleo, representava 25% do total das exportações, após chegar a mais de 50% em fins dos anos noventa, quando ainda não se havia iniciado a grande exportação de gás natural para o Brasil).

De acordo com o estudo de Mamerto Pérez, os bolivianos começaram a cultivar soja nos anos 1950. A produção cresceu continuamente, até decolar no início dos anos 1990. A área plantada expandiu-se cerca de seis vezes entre 1985 e 1995, impulsionada pelas exportações, que aumentaram de US\$ 20 milhões para US\$ 143 milhões. Como em outros países da região, o *boom* da soja na Bolívia se deu em paralelo à implementação das políticas de liberalização comercial. Pérez assinala que, no entanto, o caso boliviano tem muitas especificidades, relativamente aos demais países produtores de soja da região.

Primeiro, embora a soja seja plantada no país em sua maior parte por grandes proprietários, um número expressivo de pequenos proprietários cultiva soja, e este número é crescente, devido à crise da agricultura tradicional boliviana. Os pequenos proprietários (com áreas de até 50 hectares) plantam 10% da soja boliviana, enquanto representam 78% dos produtores de soja do país. Em geral, eles recebem um preço menor pela soja produzida, beneficiando os intermediários e, indiretamente, os médios e grandes produtores, que podem ser mais bem remunerados. Segundo, a produção da soja boliviana é dominada por estrangeiros, especialmente brasileiros, que vêm adquirindo grandes extensões de terras na Bolívia. Cerca de 36% da área ocupada pela soja na safra 2001-2 pertencem a estrangeiros, 29% somente a 250 produtores brasileiros.

De acordo com Mamerto Pérez, se somarmos a isso a área plantada com soja em mãos de japoneses e Menonitas, esta parcela alcança 63%. Ainda que não haja dados atualizados sobre isto, é certo que esta proporção aumentou nos últimos anos,

especialmente as áreas de brasileiros. Os setores de processamento e comercialização têm também participação crescente de investidores estrangeiros. Grandes multinacionais financiam a produção em troca da colheita, como ocorre também no Brasil.

Uma terceira diferença em relação ao Brasil e à Argentina é que o setor seria importante fonte de empregos. Segundo estimativas do órgão representativo dos produtores, com 43 postos de trabalho para cada mil hectares, o setor emprega um número de pessoas cerca de dez vezes maior do que a Argentina, por hectare plantado.

Como quarta particularidade, o autor chama atenção para um elemento que é explicativo do atual desenvolvimento do complexo da soja e, ao mesmo tempo, de seus limites. A Bolívia exporta essencialmente para o mercado protegido da Comunidade Andina de Nações (CAN), composta atualmente por Bolívia, Colômbia, Equador e Peru (o Chile é membro associado). Este bloco decidiu formar, no começo dos anos 1990, uma união alfandegária, onde a Bolívia era e é praticamente o único produtor de soja. Por isso, o país coloca em média 75% de suas exportações de soja nesse mercado, aproveitando que os demais produtores sul-americanos precisam pagar tarifas adicionais de 20% caso queiram vender para países membros da CAN.

Assim, evidencia que a competitividade do complexo de soja boliviano seria viabilizada basicamente pela CAN. Em função disso, sua expansão dependeria deste bloco comercial. Caso a proteção da CAN fosse reduzida ou extinta, a Bolívia perderia aquele que é praticamente seu único mercado. E por isso também, a plena vigência dos tratados de livre comércio que o Peru e a Colômbia negociam com os Estados Unidos (aos quais está incorporada a soja) representa uma ameaça mortal para a soja boliviana.

Esta limitação seria estrutural, pois alguns especialistas atribuem-na à condição mediterrânea do país, que faz com que seus custos de transporte sejam maiores, apesar de, nos últimos anos, o Estado ter realizado investimentos em infra-estrutura para melhorar a competitividade das exportações. Também é subsidiado o combustível mais utilizado pelo setor e, em momentos de crises, utilizam-se recursos fiscais para a renegociação de suas dívidas. E mais: a política agrária dos governos é invariável e explicitamente favorável ao setor em termos de acesso à terra e tratamento fiscal especial.

Um quinto elemento característico do complexo boliviano da soja é que sua expansão vem se dando com elevado custo ambiental, como no Brasil e na Argentina. A maioria dos produtores pratica o uso predador (extrativista) dos recursos naturais, para reduzir custos. No caso da Bolívia, a permanente ampliação do cultivo significa a redução sistemática de florestas primárias do departamento de Santa Cruz (maior região produtora de soja do país) e um uso insustentável dessas terras, aproveitando que o custo deste recurso é em geral relativamente baixo e que o controle ambiental do Estado é absolutamente fraco.

Por último, muitos produtores (de todas as categorias) começaram a cultivar soja transgênica à margem das leis vigentes, que autorizaram somente experimentos, e não uma difusão em massa. Informações não oficiais indicam que esta prática iniciou-se nos primeiros anos da década atual, enquanto as estimativas mais cautelosas sustentam que, atualmente, pelo menos a metade da área cultivada com soja utiliza sementes transgênicas, e que esta participação tende a crescer. Pérez sugere que a Bolívia e os demais produtores da região harmonizem suas regulamentações sobre o setor, para assegurar o controle sobre o *boom* atual e (eventualmente) futuro da soja e minimizar, assim, seus impactos sociais e ambientais. Estes governos poderiam, por exemplo, desenvolver e aplicar normas ambientais similares para controlar as práticas extrativas ou para limitar o uso de isenções de impostos para atrair os investimentos estrangeiros.

O autor sustenta que, dada a estratégica posição que têm estes países na produção e exportação de soja no mundo, até poderiam avançar num controle desse mercado, incluindo a negociação de requisitos de desempenho do investimento estrangeiro, para converter a atividade em veículo do desenvolvimento. A produção agrícola familiar da América Latina, mesmo apresentando grande diversidade em sua estrutura, organização e até mesmo nas dimensões das propriedades, tem como denominador comum o predomínio do trabalho dos próprios donos das terras. Correspondem a esta categoria tanto os típicos produtores camponeses dos países andinos como a Bolívia (independentes ou reunidos em comunidades) quanto a chamada agricultura familiar, predominante em países como Brasil e Argentina. Quando a teoria e as evidências empíricas mencionam os efeitos das políticas de liberalização sobre a pequena produção agropecuária na América Latina, estão se referindo a todas estas categorias de pequenos produtores. Pérez, assim, estudou sobre a Bolívia, por apresentar uma economia que tradicionalmente se caracteriza por uma elevada participação de produtores camponeses em seu setor agropecuário, especialmente na região do altiplano andino.

Bolívia: A agricultura camponesa ameaçada

A Bolívia liberalizou sua economia em meados dos anos 1980. Não existem estudos, segundo Pérez, em nenhuma instância pública, que avaliem os efeitos destas políticas sobre a agricultura camponesa. Mamerto Pérez e Yara Pérez começam a preencher esta lacuna ensaiando uma análise destinada a mostrar estes efeitos, focalizando a região Andina do país, onde ainda se encontra a maior parte destes produtores e onde se cultiva, principalmente, a batata, o milho, a ervilha, o tomate, a maçã, o pêsego e a uva.

Começam assinalando que a política de abertura comercial adotada em 1985 aprofundou-se na década de 1990, com a adesão plena deste país à unificação tarifária da Comunidade Andina de Nações (CAN) e acordos comerciais com o Chile e o Mercosul. Estes acordos deixaram praticamente todos os produtos de sua agricultura camponesa desprotegidos. Os autores relatam que, como consequência da retirada das barreiras alfandegárias e não-alfandegárias, as importações de produtos agrícolas que competiam diretamente com os da agricultura camponesa aumentaram continuamente a partir de 1989 (incluindo a batata, cultura alimentar emblemática da Bolívia do altiplano), ao contrário do que apontavam as projeções elaboradas à época da liberalização. As importações de todos estes produtos aumentaram consideravelmente. E, ainda que não haja informação oficial sobre o comportamento da agricultura camponesa andina, sabe-se pelo menos que a importação de milho e da ervilha subiu de zero, em 1980, para 138 mil e 758 mil toneladas, respectivamente, em 2005.

À medida que as importações cresciam, os preços caíam. Entre 1985 e 1989 houve uma queda média de 30% nos preços dos produtos da agricultura camponesa. Só em 1999 os preços voltaram aos níveis de 1985. Os agricultores não podiam compensar com aumentos de produtividade o que perdiam em preços e mercados, basicamente por causa de seu acesso limitado à tecnologia, escassez de capital e limites naturais impostos pelas severas condições ambientais da região (altitude, baixas temperaturas, chuvas escassas, etc.). Como resultado, os rendimentos reais agrícolas caíram para a maioria dos camponeses. A pior crise do setor se deu na primeira metade dos anos 1990. No período, iniciou-se – segundo dados oficiais obtidos pelos autores – grandes aumento da migração de áreas rurais para as cidades e para outros países. Se o fato era consistente com o princípio de que os produtores “menos eficientes” devem deixar a terra, de modo algum significou o despovoamento da zona rural.

Na verdade, a taxa de redução da população rural foi mais baixa entre 1992 e 2001 do que 1976 e 1992. Poucos produtores conseguiram melhorar sua produtividade, utilizando novas tecnologias ou trocando seus cultivos tradicionais por atividades agrícolas mais rentáveis. A maioria dos pequenos produtores rurais, não pôde adotar nenhuma destas opções e manteve a produção tradicional, complementando seus rendimentos com trabalhos fora da propriedade e migração temporária. É aí, na região Andina, que vivem hoje os pobres da área rural da Bolívia.

Não surpreende o fato de que a produção camponesa na região andina haja estagnado. Para as culturas tradicionais dos Andes – batata, milho, ervilha, maçã e uva – a produção permaneceu onde estava ou baixou em relação aos níveis de 1985, de 1,2 milhões de toneladas. Dentre estes cultivos, o declínio da produção de batatas foi especialmente dramático, com a produção *per capita* caindo pela metade. Os autores concluem que as políticas de liberalização contribuíram para o desmonte do aparelho produtivo nas áreas tradicionais da região Andina da Bolívia, e que a continuidade de tal política pode tornar este declínio irreversível, com conseqüências desastrosas para milhares de camponeses, bem como para a segurança alimentar do país. Assinalam também que o atual governo de Evo Morales, até o momento, opera em um cenário de grandes contradições. Enquanto em seu Plano Nacional de Desenvolvimento consta explicitamente que a agricultura camponesa é um dos pilares do desenvolvimento nacional, tendo sido iniciados alguns programas de apoio específico ao setor (como a criação de um banco de desenvolvimento que concede créditos subsidiados), ao mesmo tempo, não foram alteradas as políticas de liberalização comercial que afetam especialmente este mesmo setor.

Referência Bibliográfica

Sites consultados

Fonte: www.saberhistoria.hpg.ig.com.br

<http://historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=34> acessado em 13 de julho de 2010.

<http://www.luzcom.com.br/inca/livro/html/> Acessado em 13/07/2010

<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/colonizacao-da-america/colonizacao-da-america-1.php> acessado em 14 de julho de 2010.

<http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Ligacoes%20Perigosas.pdf>. Acessado em 7 de agosto de 2010.

ALBÓ, XAVIER. Pueblos índios em La política. La Paz: Plural Editores, 2002.

CÂMARA, Marcelo Argento. Os movimentos Sociais e a Formação de Identidades Sócio-Territoriais na Bolívia. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Porto Alegre, RS. 201p. 2007

CARDOSO, Ciro Flamarion. O trabalho na América Latina Colonial. São Paulo, Ática. (Série Princípios,33). 1905.

FERREIRA, Jorge Luiz. Conquista e colonização da América. São Paulo, Editora Ática, 1992.

_____, Incas e Astecas – Culturas pré- colombianas. São Paulo, àtica. (Série Princípios, 149). 1998.

- FURTADO, Celso - A economia latino-americana. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976
- GALEANO, E. (1978). *As veias abertas da América Latina*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GARCÍA, R.; CORDERO, F.; IZQUIERDO, A. (1987). *Economía y geografía del desarrollo en América Latina*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica
- Garcilaso de la Vega, Inca - Comentarios reales de los incas. Editorial: A.F.A. Editores, Lima 2004
- GODOY, Rosa. O Regionalismo nordestino. São Paulo: Ed. Moderna. 1985
- GONÇALVES, C. Walter Porto. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1998.
- GOENDER, Jacob. *Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial*. ESTUDOS ECONÔMICOS, Instituto de Pesquisas Econômicas, IPE, São Paulo, 13[1], jan.-abril 1983.
- LOPEZ, AURA TEREZA BARBA. Colonización dirigida y espontánea en la Región Integrada Del Departamento de Santa Cruz – Bolivia. 1990.
- LYNCH, JOHN. As origens da independência da América espanhola. In BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: Da Independência até 1870*, Volume III. Tradução Maria Clara Cescato – 1. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 19-72p. 1ª Ed.1984; 1ª Ed., 2ª reimp. 2001.
- MARIÁTEGUI, J. C. (1979). *7 ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Ayacucho.
- MITRE, A. Espaço regional andino e política no século XIX. In: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M. (orgs.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, p. 131-144. 1985
- MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. (Col. Primeiros Passos) São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. *Formação do Espaço Agrário Brasileiro*. São Paulo. Brasiliense, 1990.
- MORIN, Claude. "Population et épidémies dans une paroisse mexicaine: Santa Inés Zacatelco, XVII^e –XIX^e siècles," *Cahiers des Amériques Latines, Serie sciences de l'homme*, no. 6 .1972.
- MURRA, John - En torno a la estructura política de los Inka. In Los modos de producción en el imperio de los Incas. 1975.
- PÉREZ, M.; SCHLESINGER, S. & WISE, A. T. Promessas e Perigos da Liberalização do Comércio Agrícola: As lições da América Latina. 2008.
- ROMANO, Ruggiero. Mecanismo da conquista colonial. São Paulo, Perspectiva. 1973.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Nicoláz. A população da América Espanhola Colonial. In BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina: América Latina Colonial*, Volume II. Tradução Mary, Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes – 1. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 23-56p. 1ª Ed.1999; 1ª Ed., 2ª reimp. 2004.

SCHWARTZ, Stuart e LOCKHART, James. A América Latina na época colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, **2002**. (Tradução: Maria Beatriz de Medina).

WALDEMAR, Espinoza Soriano, Los Incas: economía, sociedad y Estado en la era del Tahuantinsuyo. Lima: Amaru, 1997.

TEODORVICH, Freddy. La política del gobierno y el enfoque de la planificación regional para el desarrollo de Santa Cruz. In: **Opciones de desarrollo regional y capacidade de exportación**. La Paz, EDOBAL, 1988.

UGARTE, César Antonio. *Bosquejo de la historia económica del Perú*, 1926.

VAINFAS, Ronaldo. *Economia e Sociedade na América Espanhola*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. (Adaptado de: Luis Koshiba e Denise Manzi Frayse Pereira, História da América, p. 12-13.)

VARGAS, V. A. - *Historia del Cusco incaico*. Tercera edición, Lima: Industrial gráfica S.A 1998

WALLERSTEIN, I. (1999). El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI. 9ª ed. México D.F.: Siglo Veintiuno Editores.